DARCY

REVISTA DE JORNALISMO CIENTÍFICO E CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Nº 25 • JUNHO A SETEMBRO DE 2021 UnB

A ERA DAS DESIGUALDADES

CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS ATINGE PATAMAR HISTÓRICO NO MUNDO

ISSN 2176-638X

Complexo da Maré, Rio de Janeiro, Brasil. Foto **Fernando Frazão/Agência Brasil**

CONTRIBUIÇÕES DO JORNALISMO CIENTÍFICO PARA UM DEBATE NECESSÁRIO

Vanessa Vieira, editora

A comunicação é instrumento importante para o fortalecimento da democracia, ao trazer para o debate público questões de interesse social, como a garantia de direitos fundamentais. Enquanto veículo de jornalismo científico e cultural, a revista *Darcy* não se furta a esse papel, que também é parte da missão da Universidade. Nesta edição 25, trazemos um *Dossiê* (a partir da página 14) sobre as desigualdades no mundo contemporâneo, contribuindo, por meio do conhecimento científico, para qualificar este importante debate na esfera pública.

Cabe esclarecer que, ao discorrer sobre o assunto, a *Darcy* não se propõe a deslegitimar a diversidade de culturas, modos de vida, tradições, conhecimentos. As diferenças são positivas, bem-vindas e necessárias ao progresso das sociedades. A publicação refere-se precisamente às discrepâncias que limitam os indivíduos de vivenciarem suas potencialidades únicas. Exemplo disso é a crescente disparidade de renda que restringe garantias básicas para o pleno exercício da cidadania à grande parte da população.

A equipe da *Darcy* dedicou-se com afinco à produção de reportagens que trazem um panorama atual da temática, deixando evidente o que há de perverso: enquanto o 1% mais rico do mundo concentra quase o dobro da riqueza de 92% da população, milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza. O tema é desdobrado para abarcar os impactos que a pandemia de covid-19, ainda tão presente em nosso país, pode desencadear nos campos da saúde, da educação e da cultura. A revista também abre espaço para especialistas apontarem possíveis soluções na construção de um Brasil menos desigual.

Se as estatísticas da desigualdade trazem números cuja ordem de grandeza é até difícil de assimilar, ao mesmo tempo essa equação é bem clara: trata de uma só criança, uma só mulher, um só homem, um só idoso. Por trás desse imenso universo matemático, estão seres humanos únicos, com sonhos e potencialidades singulares, mas que infelizmente têm como ponto comum em suas trajetórias a falta de renda, de oportunidades, de garantia de direitos fundamentais à sua plena cidadania.

O retrato tão individualizado dos contrastes sociais ganha forma com o trabalho do fotojornalista Ivaldo Cavalcante no *Ensaio Visual* (página 56), cujas imagens dão visibilidade a pessoas em situação de rua, crianças abandonadas, usuários de drogas e outras vítimas das tragédias cotidianas. Não ficou de fora a reflexão sobre disparidades de gênero no mercado de trabalho, contemplada na *Entrevista* (página 40) à pesquisadora e cineasta Tânia Fontenele.

O protagonismo científico da UnB, em parceria com instituições do país e do exterior, consta em reportagem (página 50) sobre o desenvolvimento de produtos nanotecnológicos, com potencial anticâncer, obtidos a partir da goiaba vermelha. A seção *Arqueologia de uma ideia* (página 12) traz um curioso registro de como surgiu o maior sistema público e gratuito de saúde do mundo, o SUS.

Boa leitura!

DARCY

REVISTA DE JORNALISMO
CIENTÍFICO E CULTURAL DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Universidade de Brasília

Reitora
Márcia Abrahão Moura
Vice-reitor
Enrique Huelva Unternbäumen

Conselho Editorial
Sérgio de Sá – Presidente
Professor da Faculdade de Comunicação
Cynthia Kyaw
Professora do Instituto de Ciências Biológicas
Germana Henriques Pereira
Diretora da Editora UnB
Adalene Moreira Silva
Professora do Instituto de Geociências
Isaac Roitman
Professor emérito da Universidade de Brasília
Luiz Gonzaga Motta
Professor aposentado da Faculdade de Comunicação
Maria Emília Walter
Decana de Pesquisa e Inovação
Rafael Villas Bôas
Diretor da UnBTV
Rita de Cássia Silva
Professora da Faculdade UnB Gama
Roberto Ellery
Professor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Solano Nascimento
Professor da Faculdade de Comunicação
Soraya Resende Fleisher
Professora do Instituto de Ciências Sociais
Paulo Schnor
Secretário-Executivo do Conselho Editorial

EXPEDIENTE
Secretário de Comunicação
Paulo Schnor

Editoras-executivas
Marina Simon e Vanessa Vieira

Editor de arte
Marcelo Jatobá

Reportagem
Carolina Pires, Maria Eduarda Angeli, Raíssa Gomes, Robson G. Rodrigues, Vanessa Tavares e Vanessa Vieira

Capa
Ana Grilo

Design e Ilustração
Ana Grilo, Luísa Reis, Francisco George Lopes, Igor Outeiral e Marcelo Jatobá

Revisão
Serena Veloso e Vanessa Tavares

Fotografia e Audiovisual
Anastácia Vaz, André Gomes, Beto Monteiro, Júlio Minasi, Luis Gustavo Prado e Raquel Aviani

Assessoria de Imprensa
Helen Lopes, Jéssica Louza, Lanuzia Nogueira e Thiago Flores

Relações Institucionais
Angélica Peixoto, Hellen Camara, Júlia Consentino e Karoline Marques

Assessoria Técnica-Administrativa
Danilo Xavier, Doraci Rosa, Salvador Júnior e Stephani Brito

Revista **DARCY**
Telefone: (61) 3107-0214
E-mail: revistadarcy@unb.br
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Secretaria de Comunicação
Prédio da Reitoria, 2º andar, sala B2-17/4
70910-900 Brasília-DF Brasil
www.revistadarcy.unb.br

3
CARTA DA EDITORA
A Darcy contribui para qualificar o debate público de temas relevantes, como as desigualdades sociais

6
DIÁLOGOS
Reitora Márcia Abrahão reflete sobre educação e redução de desigualdades; professora Suélia Rodrigues resgata a importância de universidades e centros de pesquisa para a saúde pública; Decano de Assuntos Comunitários, Ileno Izídio, fala sobre a atuação da UnB frente à pandemia

12
ARQUEOLOGIA DE UMA IDEIA
Como surgiu o Sistema Único de Saúde

46
CULTURA
Setor artístico e cultural sofre com crise amplificada pela pandemia

50
NANOTECNOLOGIA
Pesquisadores desenvolvem produtos com potencial anticâncer a partir da goiaba

66
A ÚLTIMA FLOR
Preconceito linguístico é preconceito social

14
DOSSIÊ
O PESO DAS DESIGUALDADES

16
PANORAMA
1% mais rico no mundo acumula mais que o dobro da riqueza de 92% da população

22
PANDEMIA
Regiões mais pobres têm menos infraestrutura em saúde pública

26
EDUCAÇÃO EM PAUSA
137 milhões de crianças e adolescentes estão sem acesso à educação na América Latina

32
SOLUÇÕES
Tributação progressiva de renda pode diminuir disparidades sociais

40
ENTREVISTA
Pesquisadora e cineasta Tânia Fontenele fala sobre disparidades de gênero no mercado de trabalho

56
ENSAIO VISUAL
A realidade que não entra nos cartões-postais de Brasília

Rio de Janeiro. Foto **Naknaknak/Pixbay**

SOLUÇÕES AGORA E ANTES DE TUDO

Texto **Márcia Abrahão***
Ilustração **Marcelo Jatobá**

As universidades públicas foram criadas para promover o pensamento crítico, o desenvolvimento humano e as mudanças sociais. A Universidade de Brasília (UnB) leva essa missão muito a sério. Nosso estatuto diz que a finalidade essencial da instituição é formar "cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais". Ao oferecer ensino, pesquisa e extensão de qualidade, a UnB planta a semente de uma transformação que deseja aplainar desigualdades. Não é tarefa simples no nono país mais desigual do mundo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com a pandemia, o abismo fez-se mais visível. O Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu em 2020. A taxa de desemprego bateu recorde histórico. Entre 189 países, o Brasil passou a ocupar a posição 84 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia saúde, educação e renda. Os indicadores socioeconômicos caem na mesma proporção do aumento das diferenças sociais. E o papel estratégico das universidades públicas brasileiras vem à tona. As instituições de educação superior são centros de formação e impulsionam a inovação, a geração de conhecimento e a inclusão social.

As universidades funcionam assim, como esfera privilegiada do debate público, para a busca de soluções aos desafios da nação. No ano em que todos foram levados ao distanciamento social e ao ensino em modo remoto, as universidades mostraram capacidade de adaptação. Demonstraram que é preciso atuar de modo programático e pragmático contra o avanço social das *fake news*. O fato e a verdade científica devem prevalecer contra o negacionismo.

As universidades também participaram ativamente da solução dos problemas enfrentados pela crise emergencial de saúde pública. Criação de testes para detecção do vírus, sequenciamento do genoma do coronavírus, manufatura de álcool em gel e máscaras especiais, participação no desenvolvimento e teste de vacinas, atuação na linha de frente nos hospitais universitários. Em 2020, esses foram os exemplos mais evidentes da produção científica nas universidades públicas federais.

Pesquisadores – epidemiologistas, em particular – contribuíram para explicar a pandemia, alertar a população com informações corretas e auxiliar governantes na montagem de estratégias de atuação. A verdade da ciência mostrou sua face pública. E ficou clara a necessidade de valorizar e investir em pesquisa para o desenvolvimento que gera mais igualdade. O papel das instituições transcende a formação de novos cientistas e de profissionais para o mercado de trabalho. A universidade, em sua "autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial", como reza a Constituição Federal, faz pesquisa de alta qualidade para servir à sociedade.

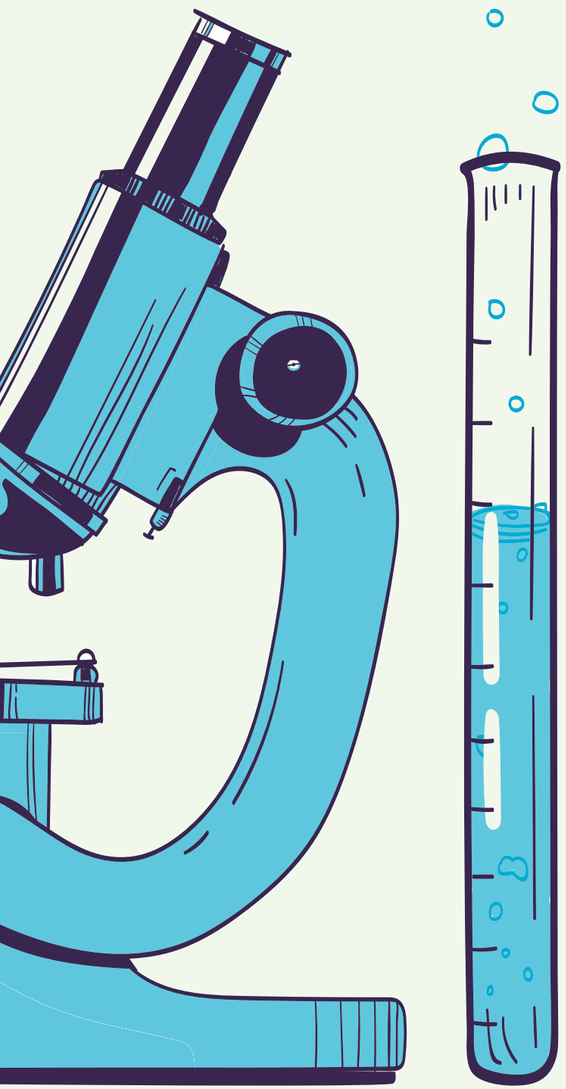
A pandemia evidenciou diferenças internas de mobilidade e acessibilidade. Nesse cenário inusitado e desafiador, a universidade avaliou a sua importância em relação ao acesso democrático ao ensino superior, especialmente das camadas menos privilegiadas da população. Na UnB, pioneira na política de cotas e sempre atenta a políticas inclusivas, uma preocupação central foi apoiar estudantes mais vulneráveis. Editais de auxílio para aquisição de equipamentos de informática e de pacotes de internet, por exemplo, foram lançados. A UnB buscou o compromisso regimental de dar aos jovens brasileiros oportunidade real de acesso ao conhecimento, da posse meritória de um diploma e da inserção qualificada no mercado de trabalho. O cuidado com a saúde mental da comunidade teve especial atenção da Universidade.

Na realidade brasileira, sabemos que a concentração de renda afeta diretamente a formação educacional em toda a sua cadeia. Portanto, a redução da desigualdade tem de começar cedo, no princípio de tudo. De nada adianta termos uma universidade excelente, se os estudantes não tiverem uma educação básica também excelente. O "antes tarde do que nunca" pode não dar conta de solucionar nosso imenso problema. No pós-pandemia, com um cenário ainda mais complexo, melhor seria apostar na seguinte fórmula: melhor cedo, para que não seja tarde demais.

* Reitora da Universidade de Brasília

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO: A FORÇA PARA A SAÚDE PÚBLICA

Texto **Suélia Fleury***
Ilustrações **Marcelo Jatobá**



As universidades e os centros de pesquisas públicos brasileiros, desde a inauguração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na década de 1950, tornaram-se ambientes propícios para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), principalmente pelo aumento exponencial de Programas de Pós-Graduação (PPG) em todas as áreas do conhecimento. Para que o PD&I das universidades e dos centros de pesquisa públicos contribuam de forma mais efetiva com o setor de Saúde Pública, é necessária a integração da iniciativa privada nos fluxos da pesquisa acadêmica visando à emancipação científica.

No Brasil, o Complexo Econômico e Industrial da Saúde (Ceis) é caracterizado pela rede que sustenta o setor da saúde, por meio das atividades e ações de prevenção, promoção, tratamento e reabilitação. Os desafios para a manutenção deste complexo são expressivos e conformam o cenário brasileiro como único em relação ao mercado internacional – devido à extensão territorial do país, que conta com um sistema de saúde universal, o Sistema Único Saúde (SUS)[1].

Não obstante, as políticas públicas brasileiras oriundas dos governos (municipal, estadual e federal) dirigidas à Saúde Pública, em muitos casos, dependem do ecossistema de produção comercial e industrial, além das universidades e dos centros de pesquisas públicos – que historicamente assumiram boa parte do desenvolvimento científico e tecnológico.

A integração entre estas instituições de pesquisa, o setor privado e a sociedade civil é uma medida crucial para elevar os índices econômicos e sociais. Vale ressaltar que o PD&I em saúde vinculado às práticas científicas interdisciplinares auxilia na manutenção e no desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS), base da Saúde Pública nacional, fornecendo soluções tecnológicas capazes de atender a necessidades na área.

Desde março de 2020, o mundo ficou alarmado com os impactos da pandemia de covid-19. Só no Brasil, no dia 25 de março de 2021, foram registradas 2.777 mil vidas perdidas, ultrapassando a marca total de 300 mil óbitos causados pelo vírus Sars-Cov-2.

As universidades e os centros públicos de pesquisa do país não se furtaram à sua responsabilidade e imediatamente ao início da pandemia começaram a produzir PD&I em saúde para subsidiar o enfrentamento da emergência sanitária.

Pesquisadores interdisciplinares da UnB publicaram em janeiro de 2021, na revista *Health Research Policy and Systems,* estudo intitulado *Direct from the COVID-19 crisis: research and innovation sparks in Brazil,* que aponta a importância da articulação da rede de PD&I em saúde brasileira para o enfrentamento do avanço da covid-19.

Segundo o estudo, entre março e maio de 2020, foram submetidas 894 iniciativas na temática: 551 projetos de PD&I, localizados nos sítios eletrônicos das 114 universidades e centros de pesquisa públicos nacionais; 270 protocolos de pesquisa aprovados pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep); e 73 projetos divulgados pelo Ministério da Educação.

A UnB, instituição de vanguarda em PD&I em saúde no Brasil, tem contribuição relevante no combate da covid-19, a exemplo do projeto de pesquisa do respirador Vesta. Realizado em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a iniciativa desenvolveu, em menos de um ano, uma máscara de proteção contra doenças infecciosas com tecnologia 100% brasileira. O respirador do tipo PFF2 (ou N95, na nomenclatura estadunidense) dispõe de nanotecnologia de quitosana – molécula derivada da casca de camarão – que tem capacidade de atrair e inativar o vírus da covid-19. O projeto está em fase final de teste clínico no Hospital Regional da Asa Norte (Hran), no Distrito Federal. Por meio do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da UnB (CDT/UnB), o projeto iniciou o processo de transferência tecnológica e o cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A interação entre PD&I e o setor da Saúde Pública, se intermediada pela iniciativa privada, pode ser mensurada quando seus produtos, medicamentos e procedimentos são incorporados nos sistemas de saúde e ajudam a reduzir o impacto de problemas de saúde, a exemplo da covid-19, caracterizando a emancipação científica para usufruto social.

---

*Professora da Faculdade UnB Gama (FGA/UnB) e coordenadora do projeto de pesquisa do respirador Vesta.

1 FELIPE, Maria Sueli Soares et al. *Um olhar sobre o Complexo Econômico Industrial da Saúde e a Pesquisa Translacional*. Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1181-1193, outubro/dezembro de 2019.

O CUIDADO QUE NOS CONDUZ

Texto **Ileno Izídio da Costa***
Ilustração **Igor Outeiral**

Desde o início do atual surto de coronavírus (Sars-Cov-2), em março de 2020, estamos lançados nesta experiência inusitada e de profunda preocupação frente a uma doença que se espalhou rapidamente pelo mundo, com múltiplos impactos, muitos deles ainda em estudo pelas organizações científicas.

Decorrido um ano, temos, no mundo, 130 milhões de casos detectados, mais de 73 milhões de recuperados e quase três milhões de mortes. O Brasil, infelizmente, tornou-se o segundo país de maior contaminação e mortes, com mais de 12 milhões de casos, 11 milhões recuperados e chegando a 350 mil mortes.

O quadro impacta diretamente os sistemas de saúde; a economia do país; a renda das famílias; a saúde mental das pessoas; o acesso da população a bens essenciais, como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros.

Torna-se clara a perspectiva de que enfermidades são fenômenos a um só tempo biológicos, psicológicos e sociais, construídos historicamente mediante complexos processos.

A UNB FRENTE À PANDEMIA

Antes do primeiro caso de pandemia confirmado no país, a Administração Superior da UnB estabeleceu uma estratégia de ação imediata. Foram criados três comitês de governança e cuidado, integrados e articulados: o Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 (Coes); o Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de Combate à Covid-19 (Copei); e o Comitê de Coordenação das Ações de Recuperação (Ccar).

A instituição foi precursora (se não a primeira) em criar um comitê de acompanhamento e em construir um plano de contingenciamento da pandemia no ambiente acadêmico. De alguma forma, podemos afirmar que até “nos antecipamos” ao quadro, com a criação da Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (Dasu), ligada ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), no primeiro mandato da atual gestão.

EIXOS DE AÇÃO

Grosso modo, podemos enfatizar três eixos de ação – mesmo correndo o risco de simplificação – que permitiram que UnB enfrentasse, e continue enfrentando, este imenso desafio.

O primeiro eixo trata do compromisso acadêmico e administrativo com a comunidade. A despeito dos cortes orçamentários e ataques à forma de gestão institucional por parte do governo federal, a Universidade manteve-se vigilante com a democracia interna; com a equidade de decisões colegiadas; e em constante diálogo com todos os segmentos acadêmicos.

A aposta foi, e continua sendo, na autonomia administrativa caracterizada na descentralização, no diálogo, e em construções coletivas. Buscou-se integrar processos de trabalho e relações entre os diferentes segmentos. Esse eixo configurou-se por reuniões coletivas; ações e resoluções baseadas em evidências (científicas e existenciais); documentos de orientação; boletins informativos; criação do repositório on-line *Covid-19 UnB em ação*, que reúne o histórico de ações acerca da pandemia.

O segundo eixo é o direcionamento para uma universidade promotora da saúde, e segue em plena construção na UnB. Ele compreende a cultura da saúde como produto de um amplo conjunto de fatores, como alimentação, habitação, saneamento, boas condições de trabalho, oportunidades de educação ao longo da vida, ambiente físico limpo, apoio social para famílias e indivíduos, estilo de vida responsável, entre outros.

O terceiro eixo refere-se a ações de cuidado e de acompanhamento. Sua palavra-chave é o cuidado, e sua ética correspondente é a ética do cuidado. Aqui me recordo do filósofo alemão existencialista Martin Heidegger para quem o cuidado (*Sorge*) é a essência da existência, e a temporalidade é o sentido de ser do cuidado. Para ele, o existir e o cuidado de fato estão no âmbito das ocupações, isto é, o cuidado como ocupação (*Besorgen*) e como preocupação (*Fürsorge*).

Diversas ações de inclusão e proteção social de docentes, estudantes e técnicos administrativos foram implementadas. Foi dada atenção especial a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Entre as iniciativas de promoção de saúde e de saúde mental estão: rodas de conversa; orientação psicológica a docentes; grupo de psicoterapia na Casa do Estudante; conversações sobre saúde indígena, gestão do tempo, planejamento de estudos na pandemia; oficina de educação de filhos em período de pandemia; oficina de nutrição e ansiedade; terapia comunitária on-line; práticas de manejo de estresse, canções e reflexões.

De forma concomitante, e não menos importante, foram ampliados editais de inclusão digital, de auxílio alimentação, e bolsas de auxílios da assistência estudantil. O apoio e o acompanhamento de docentes e técnicos também se impôs como necessidade especial nos períodos em que as taxas de contágio por coronavírus atingiram números alarmantes.

Toda esta complexidade e os desafios diários de enfrentamento do cenário atual nos apontam para que estejamos juntos no desvelamento desta pandemia, estudando-a, pesquisando-a e, acima de tudo, solucionando-a. Sigamos, como conceituou Heidegger, preocupados, ocupados e cuidadosos.

*Decano de Assuntos Comunitários, doutor em Psicologia Clínica e docente do Instituto de Psicologia da UnB

DOS PAJÉS AOS DIREITOS DE CIDADANIA: CONHEÇA A HISTÓRIA DO SUS

Texto **Maria Eduarda Angeli**

O Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que dispõe de um sistema único, público e gratuito de saúde. De acordo com a mais recente Pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 71,5% da população brasileira depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS).

Da assistência básica aos tratamentos de alta complexidade, todos os brasileiros têm direito ao acesso igualitário a serviços de saúde por meio do SUS. Mas nem sempre foi assim. Conheça o processo histórico que levou à sua criação.

TÚNEL DO TEMPO

Antes da colonização portuguesa, a população era assistida por pajés e curandeiros, que usavam métodos naturais para profilaxia e tratamento de doenças. Com a chegada dos europeus, em 1500, vieram cirurgiões-mor responsáveis por prestar cuidados a autoridades e militares da metrópole. Os delegados das capitanias respondiam por saneamento e profilaxia de doenças epidêmicas.

No período colonial, a elite solicitava a presença de médicos mediante cartas ao rei. Os que não tinham recursos eram atendidos pelas Santas Casas, fundadas pela igreja Católica. A primeira Santa Casa data de 1543, construída em Santos, São Paulo.

A medicina mais próxima do que conhecemos veio com a família real, em 1808. O problema é que com ela também vieram doenças pestilentas que, pela falta de saneamento básico, eram facilmente propagadas e mudaram completamente o perfil epidemiológico do Brasil.

O desordenado crescimento urbano no início do século XX repercutiu em epidemias, como a de febre amarela e a de varíola, comprometendo a economia agroexportadora. Uma série de medidas radicais para "higienizar" o Rio de Janeiro, então capital federal, foi comandada pelo sanitarista Oswaldo Cruz: demolição de locais considerados insalubres, notificação permanente de epidemias e vacinação obrigatória – ação que causou a Revolta da Vacina, em 1904.

Entre 1920 e 1987, o acesso a serviços de saúde esteve atrelado a políticas da previdência e de assistência social, sendo destinado a trabalhadores com carteira assinada e seus dependentes. A lei Eloy Chaves, de 1923, foi precursora destas políticas.

Em 1953, por meio da lei nº 1920, foi criado o Ministério da Saúde. Quatro anos mais tarde, foi instituído o *Código Nacional de Saúde*. A partir das décadas de 1970 e 1980, movimentos sociais reivindicaram o direito à saúde, propondo a criação de um sistema público universal.

FINALMENTE, O SUS

Em 1986, aconteceu a *8ª Conferência Nacional de Saúde*, um dos eventos mais relevantes para a criação do SUS e o primeiro a dar voz aos usuários. As propostas da conferência contribuíram para a formulação de um sistema único de saúde separado da previdência, que hoje é administrado de maneira descentralizada pelos governos federal, estadual e municipal.

Surgiu assim, em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da *Constituição da República Federativa do Brasil*, o Sistema Único de Saúde (SUS). A saúde passa a ser direito de todos e dever do Estado.

Sua regulamentação é implantada com as *Leis Orgânicas da Saúde* (leis 8.080/90 e 8.142/90), que abordam a participação popular no sistema e o repasse de recursos financeiros. Ao SUS, foi imposta responsabilidade sobre a saúde do cidadão, vigilância sanitária, vacinação e fiscalização de alimentos, entre muitas outras.

O MAIOR DO MUNDO

O SUS tem apenas 32 anos e possui falhas. Desde sua implementação, permanece o desafio de garantir a todos o acesso gratuito à saúde. A demanda pelo serviço frequentemente é maior que sua capacidade de atendimento a curto prazo – a exemplo das filas de espera por cirurgias eletivas e consultas.

A despeito disso, o sistema de saúde pública brasileiro consolida-se como o maior do mundo. Ele oferece desde assistência básica até tratamentos de alta complexidade, como nos casos de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) e de câncer. Em 2019, mais de 95% dos transplantes de órgãos no país foram realizados pelo SUS – taxa equivalente a cerca de 81,4 mil procedimentos, atrás apenas dos Estados Unidos. O Brasil também é exemplo internacional em cobertura vacinal da população, com 100% desse mercado movimentado pelo *Programa Nacional de Imunização* (PNI).

Para quem nasceu ou cresceu com o SUS já implementado, chega a ser difícil imaginar que princípios de universalidade e equidade no atendimento à saúde sejam conquistas tão recentes.

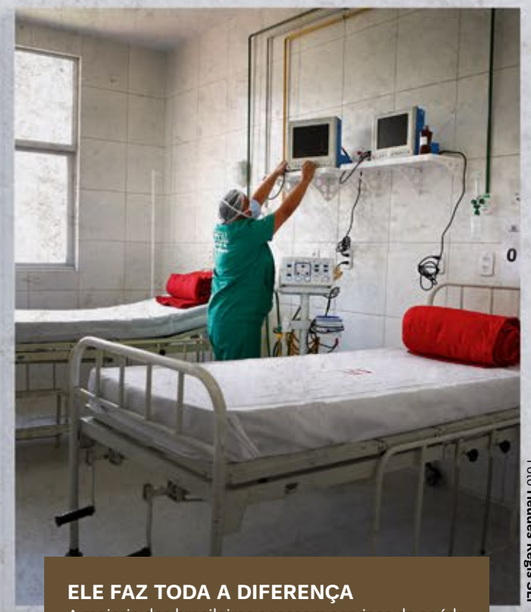


Foto **Heudes Regis SEI**

ELE FAZ TODA A DIFERENÇA
A maioria dos brasileiros acessam serviços de saúde no SUS, da assistência básica aos atendimentos de alta complexidade, como transplante de órgãos.

ANTES DA COLONIZAÇÃO
Embora a medicina tradicional tenha chegado com os portugueses, os povos indígenas já tratavam diversas doenças por meio práticas curativas naturais.

Ilustração **Acervo BNDigital**

FALTA DE INFORMAÇÃO
A reforma sanitária de Oswaldo Cruz foi radical e causou desconfianças, já que informações sobre a dinâmica de controle de doenças não eram amplamente divulgadas.

Ilustração **Acervo BNDigital**

A CONCRETIZAÇÃO
A criação do SUS e sua previsão na Constituição Federal foram conquistadas após longo e complexo período de luta dos brasileiros por direitos, como o acesso à saúde.

Foto **Agência Brasil**

O PESO DAS DESIGUALDADES

Um abismo separa ricos e pobres no mundo. Apesar de a riqueza produzida atualmente ser suficiente para garantir a todos condições de vida dignas, milhões de pessoas vivem em situação de pobreza, com direitos básicos comprometidos. O quadro resulta da crescente concentração de renda, com poucos indivíduos acumulando riqueza e oportunidades. Nas próximas páginas, a revista *Darcy* traz um panorama das desigualdades que pesam na vida de tantos cidadãos e mostra que a pandemia de covid-19 pode agravar as disparidades. É o caso de crianças e adolescentes na América Latina que estão sem acesso à educação. Frente a um desafio desta proporção, especialistas apontam soluções para um futuro menos desigual.

D O S S I Ê

PAÍS RICO, NAÇÃO POBRE

A geração de riqueza no mundo contemporâneo é suficiente para garantir a todas as pessoas condições de vida dignas. Entretanto, em virtude da crescente concentração de renda, quase metade da população mundial vive com receita mensal inferior ao equivalente a um salário-mínimo brasileiro. O Brasil está entre as nações mais desiguais do mundo

Texto **Secretaria de Comunicação**
Ilustrações **Francisco George Lopes**

A definição de desigualdades, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), é o estado de não ser igual, especialmente em esferas como status, direitos e oportunidades. Quando acentuadas, as diferenças afetam diretamente as possibilidades que cada pessoa tem na vida. Além disso, disparidades extremas decorrem de situações sobre as quais o indivíduo não tem escolha, como gênero, raça, etnia, status socioeconômico.

Uma das principais facetas da desigualdade é a concentração de renda. Segundo a Oxfam, organização internacional de combate à pobreza e à injustiça social, o 1% mais rico do planeta acumulou, em 2019, mais que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas – cerca de 92% da população. Ademais, quase metade da população mundial sobreviveu com menos de US$ 5,50 por dia, o equivalente a menos de um salário-mínimo brasileiro ao mês.

O aumento da disparidade é confirmado pela ONU no *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 2019. Apesar de o número de pessoas vivendo em extrema pobreza ter caído (de 1,9 bilhão em 1990, para 727 milhões em 2015), a desigualdade global caminha para níveis recordes, com 40% da riqueza concentrada entre os bilionários.

A organização aponta, no *Word Social Report 2020* (*Relatório Social Mundial*, em tradução livre), que a concentração de renda segue aumentando, desde 1990, na maioria dos países desenvolvidos. Parte dos países latino-americanos conseguiu atenuar o quadro entre 1990 e 2010, quando a disparidade voltou a crescer em várias dessas nações.

PANORAMA BRASILEIRO

O Brasil segue passos antigos e mantém-se entre as nações com desigualdade crescente. O país é o nono mais desigual do mundo, num ranking que contempla 164 nações, de acordo com o *World Development Indicators* (*Indicadores de Desenvolvimento Social*, em tradução livre), publicado em 2020 pelo Banco Mundial.

NO TOPO DA DESIGUALDADE

PAÍSES SELECIONADOS, POR DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS

Menos desiguais				Mais desiguais			
Ranking	Países	Ano de referência	Índice de Gini	*Ranking*	Países	Ano de referência	Índice de Gini
1	Eslovênia	2017	0,242	155	Botsuana	2015	0,533
2	República Tcheca	2017	0,249	**156**	**Brasil**	**2018**	**0,539**
3	Bielorússia	2018	0,252	157	Moçambique	2014	0,540
4	Eslováquia	2016	0,252	158	Suazilândia	2016	0,546
5	Moldávia	2018	0,257	159	República Centro-Africana	2008	0,562
6	Ucrânia	2018	0,261	160	São Tomé e Príncipe	2017	0,563
7	Azerbaijão	2005	0,266	161	Zâmbia	2015	0,571
8	Islândia	2015	0,268	162	Suriname	1999	0,576
9	Noruega	2017	0,270	163	Namíbia	2015	0,591
10	Bélgica	2017	0,274	164	África do Sul	2014	0,630

Fonte: *World Development Indicators*, Banco Mundial, 2020.

A classificação foi feita a partir do Índice de Gini, que mede a concentração de renda numa escala de 0 (sem desigualdade) a 1 (desigualdade máxima). O resultado do país foi de 0,539, tendo como base o rendimento domiciliar per capita brasileiro em 2018. O desempenho foi ainda pior em 2019, ao atingir a marca de 0,543. O dado retrata o aumento da desigualdade em relação a anos anteriores, como em 2015, cujo índice foi de 0,524 – o menor registado na série histórica iniciada em 2012. A pouca variação do coeficiente ao longo dos anos indica, ainda, a persistente disparidade na distribuição de renda entre a população.

Para se ter uma ideia do tamanho da desigualdade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, os 10% mais ricos concentravam quase metade (42,9%) da renda total do país. Além disso, 13 milhões de pessoas, ou 6% da população, viviam na extrema pobreza, com renda mensal ou inferior a R$ 151. Outros quase 52 milhões de pessoas viviam na pobreza, com até R$ 436 por mês.

Professor do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, Camilo Negri destaca que a primeira dificuldade em torno das desigualdades sociais é sua compreensão como um problema. “A naturalização das desigualdades e a banalização da pobreza são comuns em países tangidos por altos níveis de desigualdade.”

Ele lembra que “o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo devido a fatores históricos, políticos, culturais e socioeconômicos” e afirma “não ser fácil, portanto, explicar e combater a desigualdade no país”.

HERANÇA PERPETUADA

A desigualdade no Brasil também tem recorte de raça – uma triste herança do período colonial, marcado pela escravatura e exploração de negros e indígenas, que reverbera até os dias atuais. Pesquisas atestam que os maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social estão nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena.

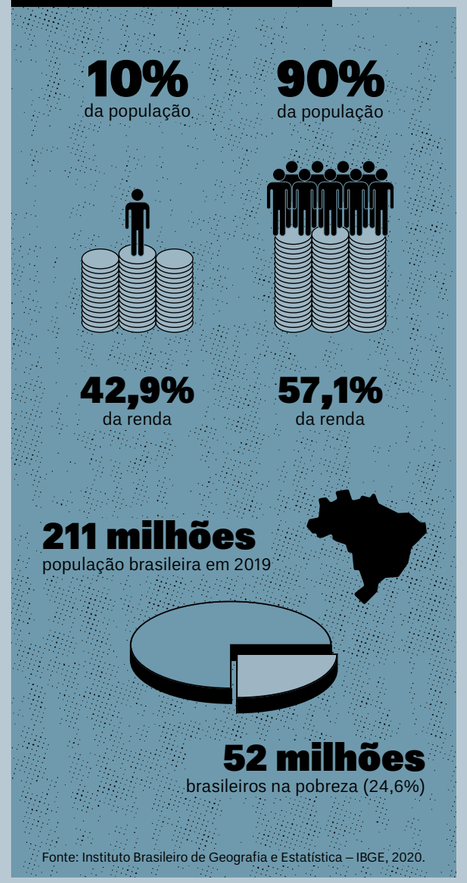
Segundo a *Síntese de Indicadores Sociais 2020* do IBGE, pessoas pretas ou pardas são a maioria da população brasileira (56,3%). Apesar disso, elas representam apenas 27,2% de quem está no grupo dos 10% com maiores rendimentos. Em contrapartida, são 77% dos indivíduos no outro extremo, o dos 10% com menores rendimentos.

A disparidade também fica evidente no rendimento domiciliar per capita médio, já que pessoas brancas recebem quase o dobro (R$1.948) do que é verificado entre pretas ou pardas (R$ 981).

Segundo o informativo do IBGE *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, de 2019, pessoas pretas ou pardas eram, proporcionalmente, mais que o dobro da população branca com rendimento inferior às linhas de pobreza apontadas pelo Banco Mundial. Considerando a linha de US$ 5,50 diários, em 2018 a taxa de pobreza de pessoas brancas foi de 15,4%, e de 32,9% entre pretas e pardas. Já na linha da extrema pobreza, para rendimentos inferiores a US$ 1,90 diários, estavam 3,6% das pessoas brancas e 8,8% das pretas ou pardas.

As desvantagens para pretos ou pardos são constatadas em diversos outros indicadores: a taxa de analfabetismo no grupo era de 9,1%, sendo de 3,9% para brancos; eles ocupavam apenas 29,9% dos cargos gerenciais do país, enquanto brancos preenchiam 68,6%; em 2019, quase metade de sua população (44,5%) vivia em domicílios sem pelo menos um dos serviços de saneamentos básicos, já entre brancos o percentual era de 27,9%.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2020.

O grupo também é o mais atingido pela violência: entre indivíduos de 15 a 29 anos, a taxa de homicídios chegou a 98,5 a cada 100 mil habitantes em 2017, contra 34 a cada 100 mil para brancos. Quando delimitada para jovens pretos ou pardos do sexo masculino, a taxa foi para 185.

Uma caraterística importante na análise da segregação racial é a atividade econômica, que permite identificar a segmentação das ocupações no mercado de trabalho. A *Síntese de Indicadores Sociais*, publicada pelo IBGE em 2020, revela que as atividades com menor rendimento possuíam proporcionalmente mais trabalhadores de cor preta ou parda: as agropecuárias (62,7%), de construção (65,2%) e serviços domésticos (66,6%). Segmentos com rendimentos superiores, a exemplo de educação, saúde, serviços sociais e administração pública, tiveram maior participação de pessoas de cor branca.

Para a docente da Faculdade de Direito da UnB Alejandra Pascual, o Estado brasileiro é responsável pelas violações sofridas por essas populações, por não ter feito reparação histórica que as beneficiaria, deixando-as em posição de extrema desigualdade econômica, educacional, de saúde, entre outras esferas.

“A desigualdade atinge o direito de ter uma vida plena. Os integrantes de grupos excluídos são vítimas de uma violência contra suas vidas: no preconceito, na discriminação, na impossibilidade criada pelo Estado e pela sociedade para que eles possam desfrutar da vida de forma digna e em igualdade de condições”, lamenta a docente.

ERA DAS DESIGUALDADES

A desigualdade do país tem raízes num passado que remete, entre outros acontecimentos, à escravatura e à concentração de terras pela elite rural num país cuja economia é baseada na produção agrícola. Na obra *Uma História de Desigualdade, 1926-2013*, o doutor em Sociologia pela UnB e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Pedro Ferreira

MUITA RIQUEZA E MUITA POBREZA

US$ 80 trilhões

é a cifra produzida anualmente no mundo em bens e serviços.

Se a riqueza fosse igualmente dividida pelos 7,6 bilhões de habitantes do globo, uma família de quatro pessoas teria US$ 3,5 mil por mês para viver – valor considerado suficiente para garantir condições de vida dignas.

R$ 7,4 trilhões

é a cifra do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2020.

Se o valor fosse igualmente distribuído entre os 211 milhões de brasileiros, cada pessoa teria recebido R$ 2.922 por mês – bem diferente da realidade atual, com 52 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza.

Souza, mostra que o Brasil viveu ondas de concentração de renda, em que os piores períodos para a desigualdade ocorreram com o Estado Novo (1937-1946) e com a ditadura militar (1964-1985).

Nos momentos mais críticos apontados por Souza, a renda de 1% da população mais rica do país era cerca de 25% da renda total, enquanto a do 0,1% mais rico girava em torno de 10% da renda nacional. Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2020*, da ONU, o cenário atual é ainda mais grave: o 1% mais rico do país concentrava, em 2018, 28,3% da renda do país; e os 10% mais ricos somavam 41,9% da renda total.

Em períodos próximos ou mesmo nos anos de piora na desigualdade do Brasil, o mundo também se encontrava em recessão. É o caso da crise de 1929, conhecida como a *Grande Depressão*, quando houve forte recessão econômica que atingiu o capitalismo mundial. Como consequência, diversos países entraram em crise, elevando os patamares de desemprego: Bélgica e Grã-Bretanha com 23% da população desocupada; Dinamarca com 32%; Alemanha com 44%.

No Brasil, o setor cafeeiro foi o mais afetado. O grão era o principal produto de exportação do país, representando cerca de 70% do café comercializado no mundo. Como consequência da recessão global, o produto ficou parado no mercado nacional, ocasionando queda nos preços e prejuízo em toda a cadeia produtiva. Ao mesmo tempo, o país passava por mudanças políticas oriundas da revolução de 1930, responsável pelo fim dos governos oligárquicos.

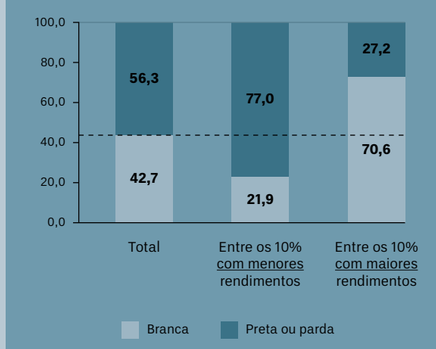
Em 1970, o mundo encontrava-se mais uma vez instável, dessa vez com a crise do petróleo (1973-1979), que afetou o ritmo de crescimento dos países industrializados. Com a descoberta de que o petróleo é uma energia não renovável, ou seja, de que o recurso é finito, a comódite tornou-se motivo de especulação financeira. O aumento nos preços do recurso, aliado ao consumo crescente pelos países industrializados, resultou em inflação e desemprego – ocasionando mudanças de políticas econômicas ao redor do mundo.

No Brasil, o impacto mais expressivo nas atividades econômicas foram: retração da produção industrial; queda no Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 7% ao ano (década de 1970), para 2% (década de 1980); altas taxas de juros internacionais; além de dívidas internas e externas acumuladas pelo país, por conta da política fiscal expansionista adotada pelo governo federal. Os anos 1980 ficaram conhecidos como década perdida, no que se refere ao desenvolvido econômico vivido pelo Brasil e por outros países da América Latina.

Um olhar amplo para o século XX destaca o impacto direto na economia mundial das primeira e segunda guerras mundiais e de grandes epidemias, cujo resultado foi menos produção de riqueza e diminuição na concentração de renda. As guerras, por exemplo, ocasionaram o aumento da proteção do Estado para com seus cidadãos, o que favoreceu a distribuição de rendimentos e amplia as garantias sociais.

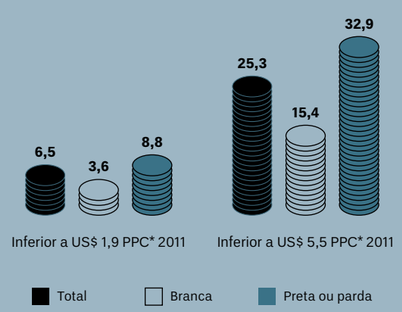
REALIDADE BRASILEIRA

PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA EM RELAÇÃO AO RENDIMENTO DOMICILIAR *PER CAPITA*



Fonte: IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*, 2019.

BRASILEIROS COM RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* ABAIXO DAS LINHAS DE POBREZA (%)



*Paridade de Poder de Compra (PPC)
Fonte: IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*, 2018.

A partir da década de 1980, verificou-se a retomada na concentração de renda em países líderes da economia global. O fato decorreu de medidas que beneficiaram os mais ricos, como políticas de redução de impostos, adotadas por governos como o de Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos e o de Margaret Thatcher (1979-1990) no Reino Unido.

Camilo Negri ressalta que, com a globalização, o que acontece a nível mundial respinga na economia local. "As desigualdades também envolvem as relações entre os países e sua interação no sistema econômico global. Como o Brasil insere-se de forma periférica nesse sistema, as condições de enfrentamento à desigualdade socioeconômica também sofrem limitações que dependem da soberania política do Brasil."

Segundo o sociólogo francês e autor do livro *O Capital no Século XXI*, Thomas Piketty, nas economias de mercado as desigualdades aumentam porque aqueles que possuem as riquezas têm rendimentos que tendem a ser maiores que a média do crescimento econômico.

É PRECISO MUDAR

Os prejuízos sentidos na pele pelos cidadãos com direitos lesados em decorrência de desigualdades sociais são percebidos, em escala maior, no índice de desenvolvimento humano dos países e em suas taxas de crescimento econômico.

"Existem níveis de desigualdade que podem ser moralmente aceitáveis e funcionais. Entretanto, desigualdades elevadas são muito ruins. Elas afetam o próprio desempenho global da economia e fazem com que as pessoas não exerçam seu potencial pleno", avalia Marcelo Medeiros, docente do Departamento de Sociologia e orientador da pesquisa feita por Pedro de Souza.

Segundo Medeiros, um conjunto de fatores move o país em direção à desigualdade e naturaliza esse quadro, a exemplo da distribuição desigual de propriedades e da política econômica. Para o especialista, parte da desigualdade no Brasil "tem origem obscura, ainda que proveniente de gerações passadas", o que é "replicado e amplificado por capitalismo de compadrio, em que o êxito das ações depende do estreitamento de relações entre empresários e corporações com a classe política". "Note bem, não são as pessoas, são as estruturas", pondera.

Camilo Negri reforça que os diferentes níveis de acesso aos avanços da medicina, à educação de qualidade, à previdência social, ao reconhecimento social, ao trabalho digno, à remuneração adequada e à justiça social dependem de categorias como raça, gênero e classe – que segundo o professor, interagem compondo um quadro no qual a mitigação da desigualdade se torna ainda mais difícil.

O especialista aposta nas políticas públicas como uma das poucas ferramentas para mitigar a desigualdade, mas avalia que as que estão em vigor não são suficientes para esse objetivo. "Estudos mostram que as políticas fiscais e de transferência de renda brasileiras devem ser aperfeiçoadas para aumentarem o impacto na redução da desigualdade, algo que efetivamente não ocorre no país", afirma Negri.

Previsões apontam que a desigualdade deve aumentar em decorrência da crise econômica causada pela pandemia de covid-19. Mas Medeiros alerta que a conclusão pode ser precipitada. "Não dá para dizer antecipadamente o quanto a crise vai afetar cada classe social. Isso porque se uma crise afeta mais os ricos, a desigualdade cai, se afeta mais os pobres, a desigualdade sobe".

Negri lembra que "desigualdade não se trata apenas da distância do acúmulo de bens entre os mais ricos e o restante da população, mas sim sobre como a sociedade se organiza e garante uma existência individual satisfatória e mais igual para todos os seus membros." Ele acrescenta que, para combater a desigualdade, é preciso ter uma preocupação ampla, que envolva "o sistema econômico, político, jurídico e moral".

O ABISMO ENTRE SUPER-RICOS E O RESTO DA SOCIEDADE

Uma tributação adicional de 0,5% sobre a riqueza do 1% mais rico nos próximos dez anos seria suficiente para se criar 117 milhões de empregos em educação, saúde e assistência a idosos e outros setores, e eliminar déficits de atendimento.

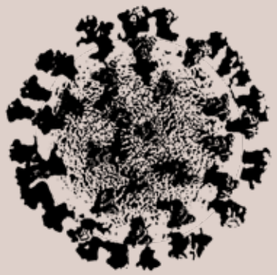
- O **1% mais rico** do mundo detém mais que o dobro da riqueza de **6,9 bilhões** de pessoas, cerca de 92% da população em 2019
- Em 2019, **2.153 bilionários** do mundo possuíam mais riqueza do que **4,6 bilhões** de pessoas
- Os **22 homens** mais ricos do mundo detêm mais riqueza do que **todas as mulheres** residentes na África

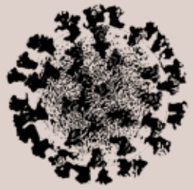
Fonte: Relatório *Tempo de Cuidar*, Oxfam Brasil, 2020.

O VÍRUS DA DESIGUALDADE

Num país com acentuadas desigualdades de classe, gênero e raça, a pandemia do novo coronavírus tende a agravar disparidades. Apesar de o vírus não escolher nicho social, a fatia mais pobre da população é mais vulnerável à doença, por falta de recursos básicos de saúde e pelas precárias condições sanitárias e de moradia

Texto **Secretaria de Comunicação**
Ilustrações **Igor Outeiral**





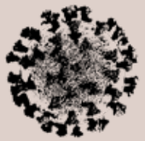
China, dezembro de 2019. Um novo coronavírus começou a ser transmitido horizontalmente em Wuhan, a sétima maior cidade chinesa e a 42ª do mundo. Com população de quase 9 milhões de pessoas, o vírus espalhou-se rapidamente por seus centros urbanos e logo avançou para todos os continentes, dando início a uma das maiores crises sanitárias da atualidade. O reconhecimento oficial da pandemia aconteceu em 11 de março de 2020, quando Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), elevou o estado oficial da contaminação.

No Brasil, a infecção entrou para as estatísticas oficiais em 26 de fevereiro de 2020, quando o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, anunciou o primeiro caso de covid-19 em território nacional. Naquele mês, antes de o vírus ter sua transmissão local, especialistas afirmaram que o país estaria preparado para lidar – ou pelo menos conter – com possíveis altos níveis de infecção.

Autoridades de saúde pública acreditavam que bom histórico brasileiro em imunização seria uma vantagem no combate à nova infecção. Isso porque o Brasil tem um dos melhores programas públicos de vacinação do mundo e apresentou uma administração bem-sucedida do surto de zikavírus entre períodos de Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016). Infelizmente, as expectativas não se confirmaram e, assim como outras nações, o país passou a registrar níveis altíssimos de contaminação pelo Sars-Cov-2 (vírus da covid-19).

DISPARIDADES REGIONAIS

As condições para combater a pandemia de coronavírus não são equivalentes de norte a sul do país. Regiões com menor renda média mensal também são as que possuem menos infraestrutura em saúde pública. A conclusão fica evidente ao correlacionar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com os do estudo *Onde estão os "ricos" no Brasil*, publicado em 2020, com coautoria de Marcelo Neri, economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).



Segundo levantamento do IBGE, com base no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde 2019 e no estudo *Regiões de Influência das Cidades 2018*, Norte e Nordeste são as regiões com menos estrutura para combater a covid-19. Elas reuniram os piores índices na proporção de médicos, leitos e ventiladores mecânicos por habitante. A situação mais crítica na distribuição de médicos foi a do Maranhão, com 81 profissionais para cada 100 mil habitantes. Na distribuição de respiradores, os piores colocados foram Amapá, com dez ventiladores mecânicos por 100 mil habitantes; seguido por Piauí e Maranhão, com 14; Alagoas, com 15; e Acre, com 16.

Publicado em 2020, com dados do Imposto de Renda de Pessoa Física de 2018, o estudo de Marcelo Neri, por sua vez, revela que várias destas unidades federativas figuram entre as com menor renda média mensal. Os piores colocados no ranking são todos do Norte ou Nordeste: Ceará (R$ 561,47); Alagoas (R$ 571,19); Piauí (R$ 510,69); Pará (R$ 469,34); e, por último, Maranhão (R$ 363).

Do outro lado, as unidades da federação com melhor preparo para combater a pandemia em relação ao quantitativo de médicos são: Distrito Federal, com 338 profissionais para cada 100 mil habitantes; São Paulo, com 260; e Rio de Janeiro, com 248. Em relação ao número de respiradores, o Distrito Federal é o primeiro colocado, com 63 para cada 100 mil habitantes; seguido do Rio de Janeiro, com 42; e São Paulo, com 39. Estas mesmas localidades federativas registraram as maiores rendas média mensal: Distrito Federal (R$ 2.981,04); São Paulo (R$ 1.977,02); Rio de Janeiro (R$ 1.720,70).

A precariedade na saúde levanta o questionamento sobre a existência de um problema social estrutural, que beneficia os mais ricos e coloca pessoas pobres à margem da sociedade. “Um país ou região pode ser desigual sem ser pobre, e pode ser pobre sem ser desigual. Porém no Brasil, pobreza e desigualdade andam juntas, o que agrava os problemas e faz com que a pandemia acabe sendo acentuada”, avalia a professora do Departamento de Sociologia da UnB, Ana Cristina Collares.

A PANDEMIA NO COTIDIANO

O dia normal de um brasileiro médio em idade produtiva começa com centenas de pessoas aglomeradas no transporte público, cena que se repete no retorno para casa. Ouvir nos noticiários que uma pandemia mundial foi declarada e que as cidades poderão adotar *lockdown* (paralização total ou parcial das atividades) é como um choque – sem possibilidades de ir trabalhar, milhões de brasileiros não têm como sustentar seus lares.

O auxílio emergencial foi proposto pelo governo brasileiro na tentativa de amenizar os impactos econômicos da pandemia a pessoas em situação de maior vulnerabilidade, como desempregados, autônomos e microempreendedores individuais. A medida não impede os recordes na taxa de desocupação. Segundo dados do IBGE, a taxa de desempregados atingiu 14,6% no terceiro trimestre de 2020, caindo para 13,9% no último trimestre. O número representa 13,4 milhões de pessoas em busca de emprego.

“Uma pessoa que não tem renda precisa ganhar a sua diária para sobreviver. Se a sociedade não banca esta situação econômica dos mais pobres, estes serão os responsáveis, não por querer, mas por necessidade, pela dispersão do vírus”, aponta Walter Massa Ramalho, professor na área de epidemiologia na Faculdade UnB Ceilândia.

A economia global sofre com os efeitos do Sars-Cov-2 e o Brasil segue pelo mesmo rumo. O fechamento de comércios, imposto pelo *lockdown*, e a redução de demandas por serviços em diversos setores incidiram em perda ou redução da renda de boa parte da população. O IBGE identificou, na segunda quinzena de julho de 2020, que a pandemia afetou 42,9% das empresas de serviços, 36,1% das empresas de comércio e 30,6% das empresas do setor industrial.

A realidade é ainda mais cruel para pessoas em situação de rua – população que cresceu 140% desde 2012, chegando a quase 222 mil brasileiros em março de 2020, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“Muitas vezes esses grupos são ainda mais afetados pelo fato de não figurarem nas estatísticas sociais, não sendo adequadamente contemplados por medidas de prevenção e combate”, analisa Ana Cristina Collares.

A docente acrescenta que uma economia em risco afeta principalmente as populações mais vulneráveis, visto que “a pobreza e a exclusão social se tornam fatores que acentuam a incidência da covid, afetando alguns grupos desproporcionalmente e assim aumentando a desigualdade”.

DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

Assim como em outras epidemias, o patógeno não escolhe as suas vítimas, tampouco as seleciona por classe social. A contaminação ocorre de maneira aleatória, ou seja, o que leva a fatia mais vulnerável da população a figurar entre os mais atingidos é justamente a falta de acesso aos recursos básicos de saúde, como atendimento médico e condições sanitárias adequadas para prevenir o contágio.

Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) revelam que, em 2018, quase 35 milhões de brasileiros, 16% da população, não possuíam acesso à água tratada. O quadro é agravado pela falta de esgoto, situação que atinge aproximadamente 100 milhões de brasileiros, ou seja, quase metade (47%) da população, de acordo com relatório publicado neste ano pela organização não governamental Oxfam Brasil, com dados do Instituto Trata Brasil. Os números comprovam que medidas simples, como higienização constante das mãos com água e sabão, não estão ao alcance de todos.

Falta de planejamento urbano e condições precárias de moradia também vitimizam a população mais pobre. Segundo o IBGE, mais de 11 milhões de cidadãos vivem em casas inaptas para possibilitar o distanciamento, com condições precárias de moradia, que além do saneamento básico envolvem outros aspectos, como locais mal ventilados e muitos moradores por habitação.

Pesquisas evidenciam que a cor também é um forte marcador social no Brasil, já que pretos e pardos foram proporcionalmente mais atingidos pelos efeitos da pandemia de covid-19. Segundo a *Síntese de Indicadores Sociais 2020* do IBGE, pessoas pretas ou pardas são a maioria da população brasileira (56,3%). Ao analisar o impacto econômico da pandemia para os brasileiros, 61% dessa população teve a renda afetada, índice que ficou em 54% entre a população branca, segundo pesquisa feita pelo Datafolha a pedido do C6 Bank.

O estudo também aponta que o estresse e a solidão são maiores entre quem tem menor remuneração: metade dos integrantes das classes D e E declarou sentir-se solitária e isolada; em contrapartida, a taxa foi de 24% na classe A. Deve-se considerar que pretos e pardos são maioria (77%) entre os 10% da população com menores rendimentos, segundo a síntese de 2020 do IBGE.

“Este vírus é bem democrático, invade todos sem distinção. O que acontece com negros e pobres é a falta de acesso à saúde, de preservar o distanciamento social em habitações onde isso não é possível e o tipo de atividade informal que obriga o indivíduo a estar na rua e não cumprir o isolamento”, reforça a professora do Departamento de Geografia da UnB, Marília Luiza Peluso.

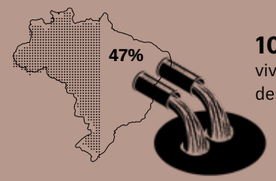
RECUPERAÇÃO

Especialistas norte-americanos discutem sobre uma recuperação da economia em “formato K”, ou seja, um rápido declínio seguido de uma subsequente divisão acentuada entre vencedores e perdedores. Isso significa que setores financeiro, de software, bancário, de telecomunicações e de serviços de varejo conseguiram recuperar os empregos perdidos no início da pandemia. Já setores como o de lazer, viagens e alimentação não tiveram o mesmo êxito – apenas metade dos empregos perdidos foram recuperados em 2021, segundo informações da agência financeira Bloomberg.

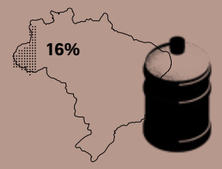
A ideia da recuperação em K foi elaborada para o cenário norte-americano e, segundo a professora Collares, é possível especular o mesmo para o Brasil. “Alguns setores foram mais atingidos pela pandemia e pela subsequente crise econômica. Grupos sociais, a exemplo de negros e mulheres, foram também desproporcionalmente atingidos, e a recuperação não se dará de maneira igual nem na mesma velocidade para todos”.

Paralela à tão necessária retomada econômica apontada pelos economistas, é preciso controlar a pandemia de coronavírus no país e não permitir que as desigualdades sociais se tornem ainda maiores. “A falta de eficácia no controle da pandemia pode criar um círculo vicioso que amplia os problemas da desigualdade e da exclusão. Quanto mais se prolonga o período em que a disseminação da doença não está controlada, mais riscos as pessoas em vulnerabilidade correm”, completa Ana Cristina Collares.

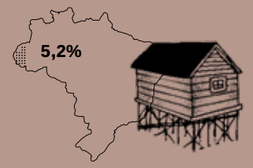
SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL



100 milhões, ou 47% da população, vivem sem rede de esgoto. Seus dejetos são descartados em locais como fossa ou rios.



35 milhões, ou 16% da população, não possuem acesso à água tratada. Medidas que parecem simples, como higienização constante das mãos com água e sabão, não estão ao alcance desses brasileiros.



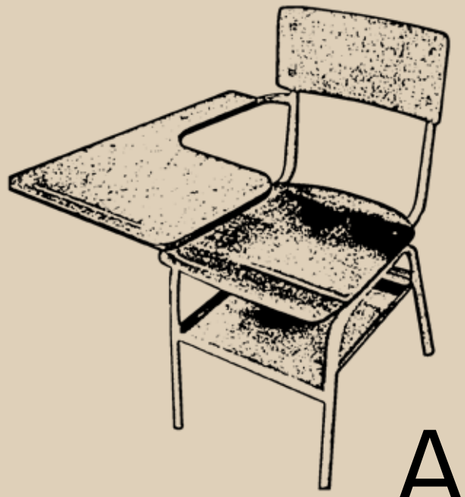
11 milhões, ou 5,2% da população, vivem em moradias precárias, que, além da falta de saneamento básico, são inaptas para o distanciamento social.

Fonte: Dados de 2018 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e da *Síntese de Indicadores Sociais 2020* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ENSINO REMOTO PARA TODOS. QUALIDADE PARA QUEM?

A pandemia de coronavírus que diariamente mata milhares de pessoas no país também forçou a educação brasileira a entrar em quarentena, levando a evasão escolar e prejuízos para os estudantes

Texto **Carolina Pires**
Ilustrações **Francisco George Lopes**



A pergunta do título não é apenas retórica. Na verdade, ela expressa como o ano de 2020 expôs as contradições da educação brasileira, que parece trazer mais dúvidas do que certezas, mais dilemas do que soluções. A pandemia de covid-19 e o isolamento social adotado como estratégia de combate à circulação do vírus Sars-Cov-2 impuseram mudanças para as quais o mundo precisou dar respostas rápidas, mas que o Brasil ainda tem dificuldades de acompanhar.

O cenário parece tornar cada vez mais utópico o preconizado pelo artigo 205 da Constituição Federal, no qual a educação é entendida como "direito de todos e dever do Estado e da família", e visa "ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), de novembro de 2020, apontou que mais de 137 milhões de crianças e adolescentes na América Latina e no Caribe estão sendo diretamente afetadas pela interrupção das aulas. Houve aumento drástico, nos últimos meses, na porcentagem de crianças e adolescentes que não recebem nenhuma modalidade de educação formal na região, de 4% para 18%.

No Brasil, o ensino remoto nas escolas públicas e particulares do país foi autorizado pelo Ministério da Educação enquanto durar a pandemia de covid-19. Diante da medida emergencial, para o calendário escolar de 2021, algumas redes estaduais optaram pelo ensino exclusivamente remoto; outras adotaram algumas atividades presenciais, mantendo aulas a distância.

Apesar da oferta na modalidade remota, infelizmente, a realidade brasileira não está distante do quadro apontado pela Unicef. A supervisora pedagógica do Centro de Ensino Médio 03 de Taguatinga, no Distrito Federal, Teresa Janaina Almeida, relata que dos 1200 alunos da unidade, pelo menos 20% não conseguem sequer acompanhar as aulas remotas.

Além das dificuldades de acesso à internet, muitos estudantes precisaram trabalhar para ajudar com as despesas de casa, uma vez que a situação financeira de diversas famílias foi prejudicada pela pandemia. “A fila para buscar a cesta verde, criada para disponibilizar os alimentos que já haviam sido contratados pela Secretaria [de Educação do Distrito Federal], superava em muito àquela para pegar material impresso para os alunos”, assegura Teresa Almeida.

Para a educadora, os danos já podem ser vistos, já que o mundo externo continua com as mesmas cobranças, o mercado busca profissionais capacitados, e a sociedade exige cada vez mais dos jovens. “Os certames seguem da mesa forma. O Enem [Exame Nacional do Ensino Médio], por exemplo, não levou em consideração que os estudantes da terceira série tiveram essa perda, a avaliação não mudou”, observa.

SOLUÇÃO EMERGENCIAL

Para entender melhor como as secretarias estaduais e distrital de ensino adaptaram-se à nova dinâmica imposta pelo isolamento social, três professores da educação básica pesquisaram sobre a organização do trabalho escolar no contexto da covid-19. Eles são pós-graduandos da Universidade de Brasília (UnB) e integram o Grupo de Pesquisa em Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia (Geaf). O estudo foi consolidado no artigo *O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação*, publicado em agosto de 2020 na *Revista Com Censo*.

Coautor da pesquisa, o professor Leonardo Ferreira vê a iniciativa como forma de “denunciar um pouco da desigualdade ampliada numa proporção muito grande com a pandemia”. Ele explica que o estudo confronta as ações anunciadas pelas redes públicas de ensino com a realidade estrutural do país, que muitas vezes não permite que os instrumentos adotados sejam factíveis. Para isso, foram utilizados dados do Censo Escolar e outros indicadores sociais.

A principal conclusão é que o ensino remoto é excludente e agrava a qualidade da educação pública e a desigualdade educacional, não garantindo os direitos fundamentais previstos legalmente. “Em situação normal, ir à escola é um obstáculo para muitos alunos. No ensino remoto, o desafio é estar conectado e conseguir fazer um trabalho minimamente qualitativo. Trata-se de um arranjo emergencial que surgiu de maneira apressada sem o devido planejamento”, aponta.

A primeira questão que afeta diretamente a qualidade é o acesso. Segundo pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), apenas 37% dos domicílios no país possuem internet e computador.

Considerando que grande parte das estratégias são voltadas para o ensino em tecnologias digitais, via internet, é preocupante que apenas cinco das 27 unidades federativas tenham anunciado patrocínio de internet para os alunos que não a possuem: três da região Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), uma do Sul (Paraná) e uma do Nordeste (Rio Grande do Norte).

“E como ficam os alunos que não têm os equipamentos tecnológicos para o acesso às aulas ou às atividades escolares?”, questiona Alcinéia Silva, também coautora da investigação. De acordo com o relatório da Unicef, a falta de acesso à internet e/ou a equipamentos tecnológicos, além da necessidade de alguns alunos trabalharem para ajudar na renda familiar, aumentaram de modo significativo a evasão escolar.

A partir dos dados apresentados nesse relatório, a professora expõe que a situação atingiu principalmente os estudantes entre 6 e 17 anos que moram nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo aqueles que são pobres, negros, indígenas e deficientes. “De modo geral, os problemas educacionais foram acentuados, e a disparidade socioeconômica brasileira tornou-se mais evidente no contexto pandêmico”, reforça.

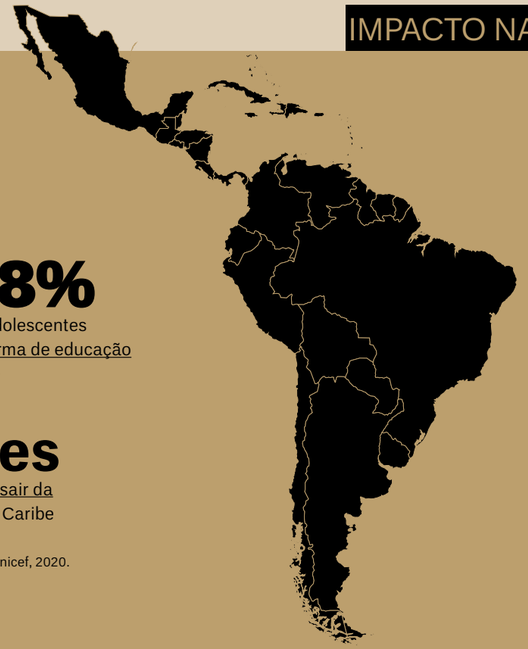
Citando Paulo Freire, Alcinéia Silva ressalta que o diálogo, o encontro e a troca socializadora juntamente com a mediação pedagógica do professor são fundamentais à aprendizagem e também ao desenvolvimento do aprendiz. “Sem isso, reconhecemos que a aprendizagem não se efetiva significativamente. E nesse cenário atual, tal troca, encontro, diálogo e mediação propiciados pela escola foram bastante limitados e até mesmo ausentes, prejudicando o processo educativo/formativo.”

Em sua visão, algo positivo que se pode tirar do atual panorama é o fato de que pais, familiares e responsáveis das crianças e jovens, assim como a sociedade de forma geral, perceberam que a escola e o professor são insubstituíveis. Sobre a recomendação do Conselho Nacional de Educação, indicando aos responsáveis que acompanhem e orientem as atividades escolares dos menores de idade, a doutoranda em Geografia considera que a desigualdade é muito grande, em função das múltiplas realidades e contextos de vivência dos alunos.

“Muitos pais não têm condições para serem mediadores no processo formativo, seja em virtude do trabalho, da falta de instrução de alguns, de sua baixa escolaridade e até mesmo de serem analfabetos”. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo no país, da população a partir dos 15 anos, é de 6,8%. “Não tenho dúvidas que o ensino remoto agrava a desigualdade educacional no Brasil e os desafios enfrentados pela escola pública”, lamenta.

IMPACTO NA EDUCAÇÃO

AMÉRICA LATINA E CARIBE



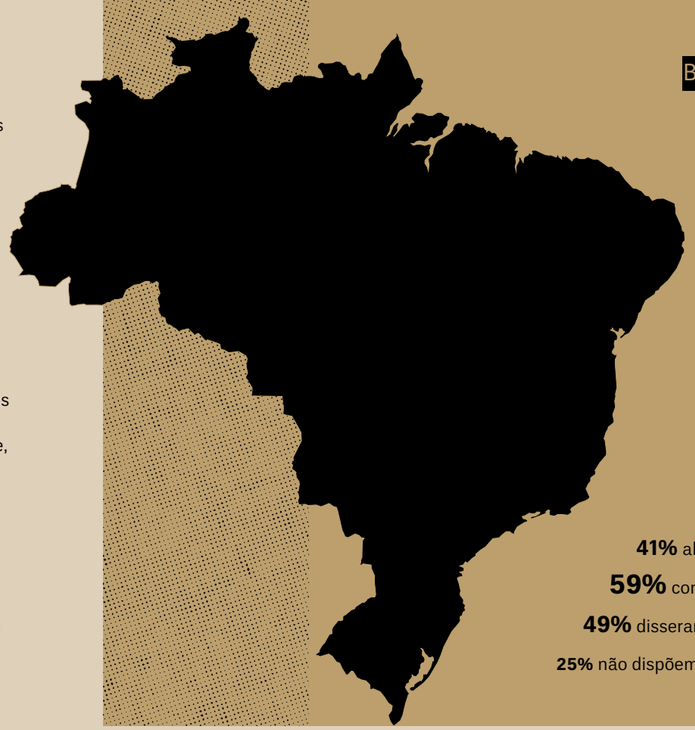
PROJEÇÕES DA ONU

Aumento de **4%** para **18%**
no percentual de crianças e adolescentes que não recebem nenhuma forma de educação na América Latina e no Caribe

Até **3 milhões**
de meninas e meninos podem sair da escola na América Latina e no Caribe

Fonte: Relatório *Educação em pausa* – Unicef, 2020.

BRASIL



4,8 milhões
de estudantes sem acesso à internet em casa

Em agosto de 2020
4* milhões
ou 14,4% dos estudantes do ensino fundamental sem acesso a nenhuma atividade escolar

* A maioria negros, vivendo em famílias com renda domiciliar inferior a meio salário-mínimo

Fonte: Pnad Covid-19 – IBGE, 2020.

41% alegaram não possuir computador

59% consideram muito caro esse serviço

49% disseram que não sabem usar a internet

25% não dispõem de internet em suas localidades

19,7 milhões
ou 29% de domicílios sem internet

Fonte: Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros – Cetic, 2019.

DESMONTE EDUCACIONAL

Com larga experiência na educação básica, a docente da Faculdade de Educação (FE) da UnB, Edileuza Fernandes avalia que já estava em processo o desmonte da educação antes da pandemia, que afeta tanto a escola pública, como também a privada de forma generalizada, mas em graus diferentes.

Como marco desse movimento de desmonte, ela cita a Emenda Constitucional n. 95 de 2016, que congelou por 20 anos os recursos públicos para a área de saúde e educação. "No campo educacional, já se estava inviabilizando projetos que visavam assegurar o cumprimento das políticas sociais e do plano nacional de educação." Ela menciona que o contingenciamento desvalorizou a profissão docente, com rebaixamento salarial e ausência de investimentos na política de formação continuada dos professores da educação básica.

Uma preocupação apontada pela especialista é o avanço de ideologias e políticas conservadoras que visam atacar as bases sociais e democráticas. Nesse sentido, a aprovação da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) é um exemplo claro, uma vez que consolida uma "base padronizadora, homogeneizadora, aprovada com frágil participação e diálogo – tanto dos estudantes quanto dos educadores – e fortemente vinculada às avaliações externas, como uma forma de controlar e padronizar o trabalho docente e o conteúdo ofertado".

Outro cenário que ela considera ameaça à formação educacional de crianças e jovens está relacionado às tentativas de parlamentares, governos e grupos ultraconservadores de aprovar o programa *Escola sem Partido*. "Nós educadores consideramos uma afronta à liberdade, à dignidade humana, ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas."

"Essas são ações políticas anteriores à pandemia e que já revelavam uma concepção do projeto de educação básica do país na contramão da que é defendida por educadores, associações, universidades, pesquisadores, unidades representativas dos professores e estudantes de uma educação básica pública, gratuita, laica, emancipadora e de qualidade socialmente reverenciada", sintetiza.

Na perspectiva da pesquisadora, houve um "aproveitamento do contexto da pandemia por grupos ideológicos e econômicos que fazem suas investidas justamente quando o estado desinveste", aliado ao fato de que "os professores estão isolados e desmobilizados, e as redes de ensino ocupadas em viabilizar a oferta do ensino remoto aos estudantes".

Criado no início deste ano, o Observatório de Educação Básica (ObsEB) da FE da UnB é um espaço democrático, participativo e dialógico para fomentar a partilha de saberes, experiências e projetos em rede, reafirmando o compromisso com a educação básica, especialmente a pública. Como uma das coordenadoras, Edileuza Fernandes afirma que a expectativa é subsidiar políticas públicas no campo da educação.

Diante da crise sanitária de extrema gravidade, a educadora acredita que não é o momento para focar em resultados e testes de larga escala. O foco deveria estar no fortalecimento de diálogo com a comunidade escolar, construindo redes de apoio, e no desenvolvimento de trabalhos com projetos, em torno de problemas do cotidiano que os alunos estão vivenciando. "Deve-se respeitar o protagonismo dessas crianças e jovens, concebendo a educação como uma prática social mais ampla", problematiza.

O DILEMA DA APRENDIZAGEM

Para analisar se os estudantes realmente estão aprendendo, um dos indicadores educacionais muito utilizado é a distorção idade-série, que se trata da defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando. É considerada defasagem idade-série quando essa diferença é de dois anos ou mais, representando atraso na trajetória escolar.

O levantamento mais recente do Censo Escolar da rede pública de ensino é de 2020, cuja primeira parte foi divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em março deste ano. Com informações coletadas que se referem ao contexto escolar antes da pandemia, a maior taxa de distorção idade-série está entre os alunos do sexo masculino, em todas as etapas do ensino.

"A desigualdade foi ampliada numa proporção muito grande com a pandemia. Em situação normal, ir à escola é um obstáculo para muitos alunos. No ensino remoto, o desafio é estar conectado e conseguir fazer um trabalho qualitativo"

Leonardo Ferreira

A maior diferença de gênero foi constatada no sexto ano do ensino fundamental, em que a taxa de distorção idade-série é de 28,2% para o sexo masculino e de 16,8% para o feminino. A elevação na taxa de defasagem tem início a partir do terceiro ano do ensino fundamental, sendo mais alta no sétimo ano e no primeiro ano do ensino médio. A taxa alcança 22,7% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental e 26,2% das matrículas do ensino médio.

Com uma centena de livros publicados e a experiência em política social, com ênfase em sociologia da educação, acumulada ao longo das últimas décadas, o professor emérito da UnB Pedro Demo já demarca sua posição e lugar de fala único, caracterizado por sua visão crítica e assertiva sobre a realidade educacional do país.

Ao abordar a questão da qualidade do ensino, o docente pondera: "o que está em jogo não é o ensino, mas a aprendizagem. A aprendizagem como está na escola hoje é um fiasco, sobretudo na pública". Para ele, o baixíssimo aprendizado já ocorria antes da interrupção das aulas presenciais e simplesmente permanece no modelo remoto. "O desafio, portanto, é o mesmo, apenas transferiu-se o mesmo esquema", alerta.

Para elucidar esse fenômeno que ele chama de efeito desaprendizagem, o sociólogo apresenta dados realmente alarmantes: "o aprendizado em matemática nos anos inicias do ensino fundamental é de 50%, baixando para 21% nos anos finais. Já no ensino médio, fica em torno de 9%. Em língua portuguesa, o efeito é parecido, mas em proporção um pouco menor".

O principal impasse que culmina nessa desaprendizagem está, sob sua ótica, na formação docente, que afeta não somente a rede pública, mas também a privada, à medida que o sistema reproduz um modelo tradicional que já não cabe para as gerações do novo século. A indicação do professor é recriar a escola, termo que consta até mesmo no texto conservador que consolidou a BNCC.

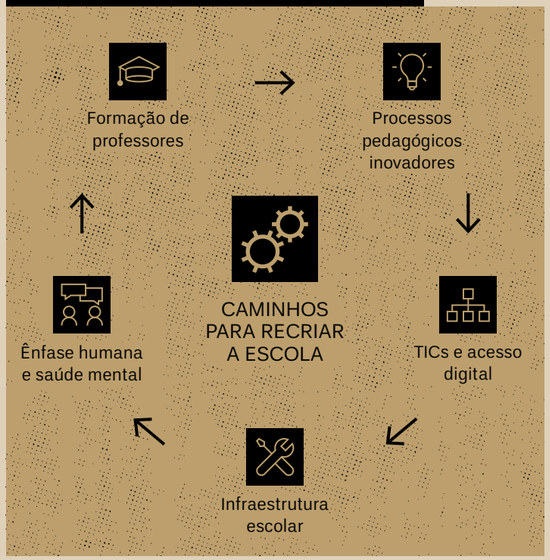
"Para recriar a escola é preciso reinventar o professor. Não podemos mais continuar com a escola que temos. Ela deve ser um lugar de invenção, aprendizagem, autonomia e não mera reprodução. Cerca de 80% dos alunos estão na rede pública e por isso a escola pública carrega esse ônus imenso. Daí a sua importância para a qualificação da democracia, da República e para a cidadania popular", compartilha o sociólogo e professor emérito da UnB, Pedro Demo.

Quanto à reinvenção da carreira dos professores, Pedro Demo sugere que comece valorizando e cuidando desse segmento que, longe de alguma culpa, também é vítima do sistema. "Aluno aprende bem com professor que aprende bem. É por esse motivo que muitos países exigem mestrado para dar aulas, como na Finlândia, em que todos precisam ser autor, cientista, pesquisador."

"Não podemos mais continuar com a escola que temos. Ela deve ser um lugar de invenção, aprendizagem, autonomia, e não mera reprodução"

Pedro Demo

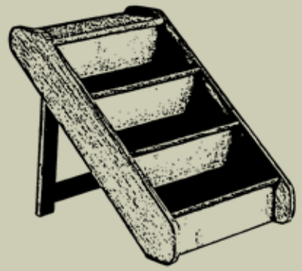
INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS NO PÓS-PANDEMIA



COMO REDUZIR AS DESIGUALDADES?

Entre as formas de combater desigualdades sociais estão geração de empregos, investimento em serviços públicos, promoção de programas sociais e efetiva tributação progressiva de renda. No Brasil, o Programa Bolsa Família e o Auxílio Emergencial 2020 comprovaram que repasse direto de renda é capaz de diminuir o abismo entre ricos e pobres

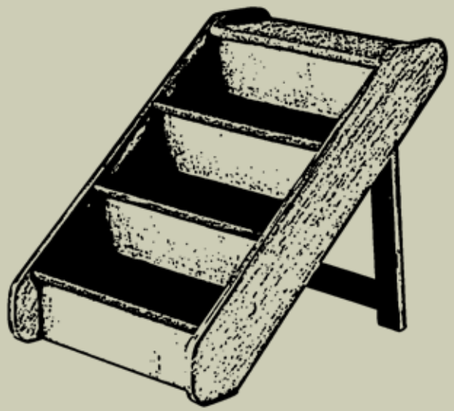
Texto **Robson Rodrigues**
Ilustrações **Francisco George Lopes**



Combater a extrema desigualdade no mundo é medida necessária e cada vez mais defendida por economistas e especialistas de diferentes perspectivas ideológicas. É fácil compreender a defesa dos estudiosos ao se deparar com dados da disparidade: enquanto o 1% mais rico do mundo acumula mais que o dobro da riqueza de 92% da população, quase metade das pessoas no planeta sobrevive com menos de cinco dólares e meio por dia (US$ 5,50). Os dados são da Oxfam, organização internacional de combate à pobreza e à injustiça social, publicados em 2020.

Para enfrentar a concentração de renda, a principal estratégia adotada com sucesso em países desenvolvidos é a efetivação de um sistema tributário progressivo, modelo que escalona a arrecadação de impostos, taxando mais os contribuintes com maior renda e patrimônio. A medida permite dinamizar os recursos concentrados no topo da pirâmide econômica, aumentando consumo, emprego, renda e lucro nas demais camadas sociais.

Tal progressividade está prevista na Constituição brasileira, mas o que se vê hoje no país é o contrário: uma tributação regressiva que poupa os ricos e sobrecarrega os mais pobres. Mesmo ocupando o segundo lugar entre os países com maior concentração de renda, o Brasil não implementa as reformas necessárias para aplacar o quadro. Uma das alegações contra as mudanças é que o aumento de tributos sobre grupos privilegiados pode afastar grandes investidores para países com menores encargos, ocasionado a chamada fuga de capital. Mas raros são os países desenvolvidos que cobram tão pouco imposto dos multimilionários quanto o Brasil. Apenas paraísos fiscais proporcionam regalias semelhantes. Economistas ouvidos pela *Darcy* referem-se ao sistema tributário brasileiro como “Robin Hood invertido” e “refúgio para os ricos”.



ENFRENTAMENTO NECESSÁRIO

Por que é preciso reduzir desigualdades? Numa perspectiva humanista, reduzir desigualdades é a medida necessária para tirar milhões de indivíduos da extrema pobreza, oferecendo a eles condições dignas de subsistência, com menos injustiças e mais equilíbrio de oportunidades e de condições para disputa no mercado de trabalho.

Pelo lado do oportunismo financeiro, combater disparidade de renda também interessa, já que favorece o crescimento econômico dos países. Estudo publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2017, concluiu que quanto maior a desigualdade social de determinada sociedade menor é seu crescimento econômico.

Outra perspectiva é que investir em justiça social também pode gerar vantagens competitivas. Segundo pesquisa da McKinsey & Compan, equipes executivas com maior diversidade étnica têm 33% mais propensão ao lucro do que outras empresas. Além disso, a violência decorrente de uma sociedade muito desigual também gera custos, por exemplo, com gastos em segurança pública e privada ou com reaquisição de bens furtados.

Para além da má distribuição de renda, a cientista política e professora da UnB Danusa Marques destaca que as desigualdades se apresentam de várias formas, como material (que não se resume a renda), de gênero, raça, sexualidade e classe. “Essas desigualdades são injustiças em que determinadas posições são menos valorizadas”, aponta.

Mas num mundo em que as pessoas são tão diferentes umas das outras, é razoável questionar se é possível e desejável eliminar desigualdades. A pesquisadora argumenta que igualdade social não significa que todos são iguais: “Significa que todo mundo vale a mesma coisa. Esse é o sentido da democracia. E o contexto de desigualdade hierarquiza as pessoas, colocando algumas numa situação de privilégio e outras na subalternidade. As pessoas passam a ser vistas como se tivessem valor diferente, gente que vale mais ou menos”.

Para Danusa Marques, os sistemas de cotas servem como ajustes úteis em situações de profunda injustiça social. Entretanto, ela pondera que as cotas não são soluções “intensas” para combater as disparidades, que poderiam ser reduzidas, entre outras medidas, com a democratização do ensino. “Se houvesse ricos em escolas públicas, essas pessoas estariam preocupadas com a qualidade do ensino público. Falta a noção do que é o público, que é o coletivo e a sociedade, e não o Estado”, opina.

REGRESSIVIDADE

Estudo publicado em 2020 pela Receita Federal mostra que a tributação brasileira é menor do que a média praticada pelos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2017, os encargos no país equivaleram a 32,3% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a média dos países da OCDE foi de 34,2%. O problema é que o Brasil enfatiza principalmente os impostos indiretos (sobre bens e serviços), que representam mais de 44,79% da carga tributária bruta total, em detrimento a impostos diretos (sobre renda e propriedade). Isso resulta num sistema regressivo em que famílias de menor renda financiam proporcionalmente uma fatia maior do Estado.

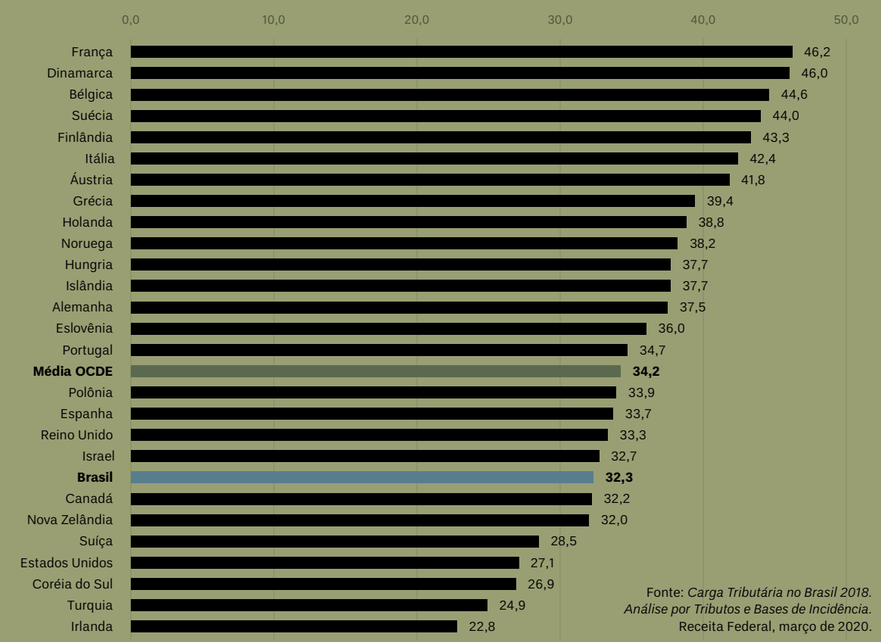
A pesquisa revela que, diferentemente do Brasil, nos países mais ricos a tributação progressiva incide principalmente sobre renda e patrimônio, e não sobre o consumo. Em 2017, enquanto a média da OCDE para encargos sobre renda, lucro e ganhos de capital foi de 11,4% do PIB, a taxa brasileira ficou em apenas 7%. Por outro lado, a média da tributação sobre bens e serviços na OCDE foi de 11,1% do PIB; já no Brasil o percentual foi de 14,3%.

Os que mais arcam, proporcionalmente, com a arrecadação via consumo são os 10% mais pobres, com 87% de sua renda destinados a esse tipo de gasto – deve-se considerar que despesas como alimentação, moradia e transporte comprometem quase a totalidade de seus ganhos. Do outro lado, o 1% mais rico destina apenas 24% da renda para consumo, como aponta Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (POF/IBGE) de 2017-2018.

“O Brasil poderia ser descrito como um ‘refúgio’ para os ricos. As maiores alíquotas de impostos são muito baixas do ponto de vista internacional e histórico; e quase nulas para as maiores rendas. Isso reverte a progressividade do imposto, uma vez que os grupos de menor renda acabam pagando uma parcela maior de sua receita em comparação com os grupos de maior renda”, afirma o economista irlandês Marc Morgan Milá, integrante do *World Inequality Lab* (Laboratório das Desigualdades Mundiais, em tradução livre) da Paris *School of Economics* (PSE) e pupilo do célebre economista Thomas Piketty.

Uma das principais queixas de Morgan Milá à tributação brasileira é voltada ao Imposto de Renda (IR). Para ele, embora o tributo nacional isente a parcela mais pobre (quem recebe, atualmente, menos de R$ 1.904 mensais), o princípio da progressividade é

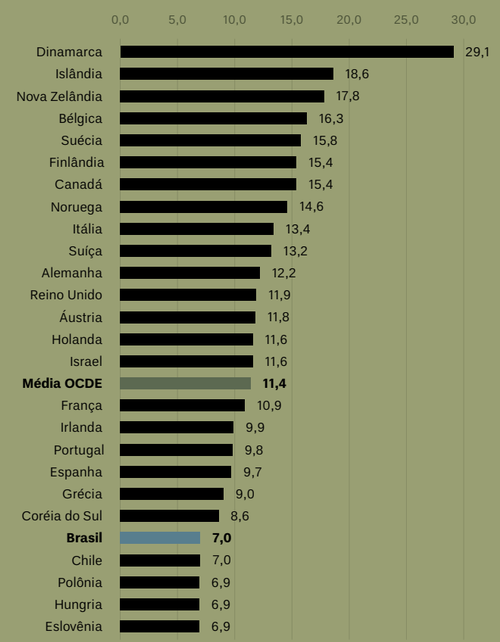
CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL E NOS PAÍSES DA OCDE



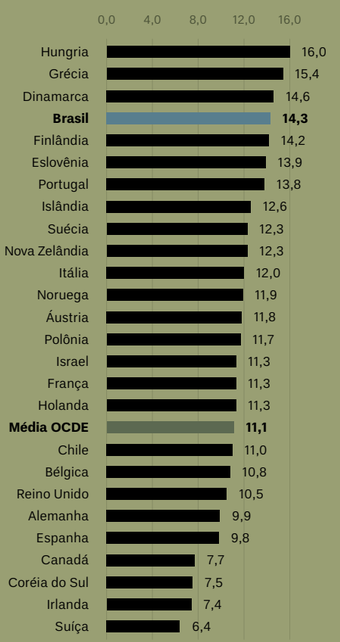
Fonte: *Carga Tributária no Brasil 2018. Análise por Tributos e Bases de Incidência.* Receita Federal, março de 2020.

BRASIL E PAÍSES DA OCDE

CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE RENDA, LUCRO E GANHO DE CAPITAL



CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE BENS E SERVIÇOS



“O Brasil poderia ser descrito como um ‘refúgio’ para os ricos. As maiores alíquotas de impostos são muito baixas do ponto de vista internacional e histórico; e quase nulas para as maiores rendas. Isso reverte a progressividade do imposto, uma vez que os grupos de menor renda acabam pagando uma parcela maior de sua receita em comparação com os grupos de maior renda”

Marc Morgan Milá

quebrado ao taxar os mais ricos de forma insuficiente. A maior alíquota marginal do IR no Brasil é de 27,5% para rendas acima de R$ 55 mil por ano, aproximadamente menos de um terço do rendimento médio dos 10% mais ricos.

O teto da alíquota brasileira está abaixo da média dos países da OCDE, que gira em torno de 41%. Mesmo baixa em comparação aos países desenvolvidos, a cota dificilmente chega a ser paga pelos mais ricos, já que o sistema tributário promove uma série de isenções, a exemplo de gastos com saúde e educação privada. Além de o Estado fornecer educação e saúde pública, ele ainda subsidia serviços particulares usufruídos pela parcela da população com mais recursos. Também isenta impostos sobre lucros e dividendos e permite dedução dos juros sobre capital próprio, pagos a sócios e acionistas.

Morgan Milá destaca que a tributação brasileira de riquezas e de heranças é insuficiente, o que contribui para a perpetuação de privilégios e iniquidades. A transmissão de fortunas é taxada pela alíquota marginal máxima que fica em torno de 3% e 4% no Brasil, chegando a 8% em alguns estados. “Pouco, em comparação aos 25% no Chile, cerca de 35-40% nos países da Europa Ocidental, 40% nos Estados Unidos e 55% no Japão”, aponta o britânico.

Além dos problemas com a regressividade do sistema tributário, o Brasil deixa de arrecadar mais de R$ 417 bilhões por ano devido à sonegação de impostos das empresas, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). O órgão estima o faturamento não declarado pelas empresas em cerca de R$ 2,33 trilhões por ano, em função de uma fiscalização ainda fraca, apesar de avanços.

“REDISTRIBUIÇÃO ÀS AVESSAS”

Apesar do estigma relacionado aos impostos, quando bem aplicados, eles podem ajudar a reverter quadros de miséria e disparidade de renda sem ferir a parcela da população mais vulnerável. Não é o que ocorre no Brasil. “Mais do que um Estado que não redistribui, o Brasil faz redistribuição às avessas. Um Robin Hood invertido: tira dos pobres e dá para os ricos”, critica o economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“O Brasil, apesar dessa desigualdade amazônica, tem um Estado grande, comparado a outros países emergentes, em termos de arrecadação tributária, por exemplo, mas sem os benefícios de um Estado grande em termos de desigualdade”, analisa o ex-ministro. Para ele, o Brasil é uma “maquete do mundo”, por ter a disparidade tão acentuada, como no resto do planeta.

Neri acredita que o país além de tributar mal a população, não gasta bem o dinheiro arrecadado, o que gera problemas em termos de eficiência e de equidade. “O país fica mal nas duas faces da moeda: na face humana e na face do crescimento econômico”. Para ele, reformas estruturais no Estado, como as recentes previdenciária, trabalhista e administrativa (ainda em trâmite no Congresso), se bem feitas, podem ser positivas dos pontos de vista macroeconômico e social, pois seriam mecanismos de redução de desigualdade.

“Eu diria que a Reforma Trabalhista gera precarização do trabalho, diminui os direitos trabalhistas, mas pode promover aumento de postos de trabalho”, ressalva Marcelo Neri, que também defende aprimoramento no imposto sobre herança e no imposto de renda.

CLASSE MÉDIA E O TRABALHO

Marcelo Neri escreveu em 2011 o livro *A nova classe média*, termo que ele popularizou para designar a camada de brasileiros que emergiu financeiramente na primeira década deste século. De acordo com o pesquisador, o trabalho foi o grande impulsionador do crescimento econômico e principal responsável pela queda da desigualdade.

“O que houve no Brasil de 2001 em diante foi uma redução de desigualdade que persistiu até 2014. A desigualdade caiu todos os anos, algo inédito nas séries históricas brasileiras. E a partir do fim de 2003, passou-se a ter crescimento, não só do PIB, mas também da renda das pessoas. Esse processo de crescimento teve mais força na base da distribuição. O PIB cresceu 28%; e a renda mediana cresceu 95%, com destaque entre os 10% mais pobres, cujo crescimento foi de 150%”, analisa o ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Neri observa que o ampliamento da classe média possibilita maior locomoção entre as classes. “Uma sociedade cuja distribuição se parece com o Pão de Açúcar, com um grupo aqui e outro grupo ali, é uma sociedade polarizada com um vácuo entre as classes. A classe média torna a sociedade mais contínua. O meio da distribuição entre pobres e ricos precisa estar preenchido para que exista uma ponte entre esses dois grupos”, ilustra.

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Levantamento de 2020 do Ipea revelou que 1,6 milhão de brasileiros vive longe de centros de saúde equipados. O fato é, por si só, grave. Em meio à pandemia de covid-19, torna-se ainda mais preocupante. Coordenador da pesquisa, Rafael Pereira avalia que a distribuição espacial da população é uma face das desigualdades negligenciada no debate público.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Thomas Piketty, autor do célebre livro *O capital no século do XXI* propõe imposto de 90% sobre a riqueza dos mais ricos. De grosso modo, quem tem um patrimônio de R$ 1 bilhão, ficariam “só” com 100 milhões, mais do que suficiente para viver uma vida de luxo. A tributação extravagante, claro, exigiria cooperação internacional e combate a paraísos fiscais para que o capital não escape. Para combater a desigualdade, Piketty propõe a criação de uma herança de 120 mil euros para todos que completarem 25 anos.

"Se por um lado os grupos mais vulneráveis são levados a morar em bairros pobres porque são mais baratos, por outro, o fato de morarem nesses bairros reforça a condição de pobreza e desigualdade que acabam vivendo, já que nestes locais há menor acesso a serviços de transporte, saúde, educação, oportunidade de emprego, além de pior infraestrutura urbana", analisa Rafael Pereira, que é doutor em geografia de transportes pela Universidade de Oxford, na Inglaterra, e sociólogo pela UnB.

O pesquisador alerta que falta planejamento urbano integrado. "Isso significa, em termos práticos, fazer com que a secretarias de educação, de saúde, de desenvolvimento urbano, e de transporte sentem à mesma mesa para discutir os planos", resume. Para ele é possível combater as desigualdades socioespaciais expandindo a infraestrutura nos bairros pobres, que se beneficiariam com mais serviços essenciais e oferta trabalho. "É preciso levar os serviços públicos para essas regiões, construir escolas, hospitais, pensar para além de uma política de transporte para os grandes centros urbanos."

TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA

Aumentar a tributação sobre o 1% mais rico pode financiar a transferência de R$ 125 por mês para os 30% mais pobres. O repasse direto teria um impacto positivo de 2,4% no PIB, contribuindo para a recuperação da atividade econômica e reduzindo a desigualdade de renda. Essa foi a conclusão de recente estudo publicado pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP).

Desde 2004, o Brasil conta com um importante programa de transferência de renda, o Bolsa Família. Dados de 2019 do Ipea mostram que o Bolsa Família eliminou 15% da pobreza e 25% da extrema pobreza entre os beneficiados e reduziu em 10% a desigualdade de renda no país. Além disso, o programa exige que os filhos das famílias beneficiadas frequentem a escola, o que ajudou a diminuir a desigualdade de educação no Brasil.

Durante a pandemia de covid-19 no ano passado, outro programa de transferência direta de renda, o auxílio emergencial, fez com que a desigualdade e a pobreza caíssem para patamar histórico em apenas seis meses. O efeito de curto prazo não eliminou os problemas estruturais, mas garantiu a sobrevivência de parte da população e aumentou a circulação do consumo na economia. Estudo deste ano do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) mostrou que o auxílio segurou uma iminente queda do PIB de 2020 em pelo menos 4%.

Na avaliação de Eduardo Suplicy (PT-SP), economista, ex-senador e atual vereador de São Paulo, medidas de combate à desigualdade precisam estar no centro do debate público. "Precisamos levar em consideração os instrumentos de política econômica e social que venham a elevar o grau de justiça na sociedade e que possam contribuir para os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil", comenta Suplicy, ao citar o Artigo 3 da Constituição que estabelece entre as metas prioritárias do país "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais".

Suplicy é autor da *Renda Básica de Cidadania*, lei sancionada em 2004 que prevê a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil há mais de cinco anos o direito de receber um auxílio financeiro anual, independentemente da condição socioeconômica. Ou seja, ricos e pobres receberiam compulsoriamente o mesmo valor.

A lei nunca saiu do papel por falta de norma que regulamente sua implementação. Entretanto, em abril deste ano, o Supremo Tribunal Federal determinou que o governo federal tem até 2022 para implementar um programa nacional de renda básica. O valor a ser pago mensalmente será definido pela União, e o benefício deve abranger apenas brasileiros em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda inferior a R$ 178 mensal. A decisão atende a ação postulada pela Defensoria Pública da União.

"Proporcionar uma renda que resguarde as necessidades vitais de todas as pessoas, ricas ou pobres, é uma forma de eliminar estigmas, fraudes e burocracias", observa, apontando que o caráter universal eliminaria problemas frequentemente verificados no Bolsa Família, por exemplo. Para Suplicy, o benefício também ajudaria mulheres que atuam em atividades domésticas não remuneradas a terem um grau de autonomia financeira.

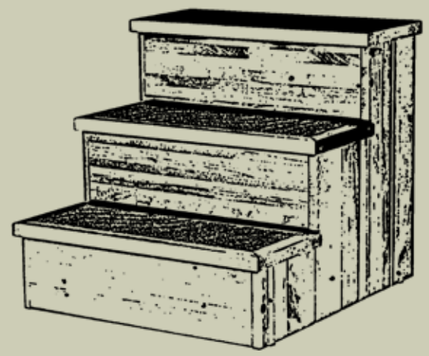
Suplicy aponta casos em que a adoção da renda básica universal foi bem-sucedida e contribuiu para expressiva diminuição de desigualdade: Alasca (Estados Unidos), Macau (China) e em Maricá (Rio de Janeiro). Para ele, o benefício pode ser uma das poucas soluções viáveis no futuro ao considerar o avanço exponencial de inteligências artificiais, que têm potencial de eliminar grande parte dos postos de trabalho nas próximas décadas – risco que preocupa diversos especialistas.

Perguntado se programas de repasse financeiro não serviriam como muletas que desestimulariam as pessoas de batalhar pelo próprio crescimento financeiro, Suplicy responde que a experiência mostra o contrário: assegurar o mínimo de dignidade às pessoas estimula o desejo de progressão pessoal.

Sem especificar medidas, o ex-ministro Marcelo Neri também afirma que programas de transferência de renda podem ajudar a melhorar a distribuição de renda brasileira. "Mas a economia política faz com que boas medidas de combate à pobreza e à desigualdade de curto, médio e longo prazo não sejam adotadas, talvez porque a desigualdade favoreça alguns grupos poderosos que se opõem à mudança", pondera o economista.

"Mas a economia política faz com que boas medidas de combate à pobreza e à desigualdade de curto, médio e longo prazo não sejam adotadas, talvez porque a desigualdade favoreça alguns grupos poderosos que se opõem à mudança"

Marcelo Neri



EM BUSCA DE EQUIDADE

Foto **Bruno Barreto**

O pleito pela equidade de gênero começou séculos atrás e ainda hoje se faz necessário. A pesquisadora Tânia Fontenele resgata marcos históricos da luta feminina por cidadania, igualdade de direitos e de oportunidades na carreira profissional

Texto **Vanessa Vieira**
Ilustrações **Francisco George Lopes**

Figura carismática e cordial, quando convidada para discorrer sobre desigualdade de gênero no mercado de trabalho à revista *Darcy*, Tânia Fontenele logo avisou: “Posso falar desse tema por dias. O desafio será sintetizar todo o meu ‘blá blá blá’”. Verdade seja dita: para além de seu modo extrovertido e comunicativo, ela carrega a experiência de quem estuda, pesquisa e realiza trabalhos sobre mulheres há décadas.

O filme documentário Poeira & Batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília é possivelmente seu projeto mais conhecido, nascido da vontade de contar histórias sobre a edificação da capital do Brasil a partir de narrativas femininas. “Na história de Brasília, só se falava dos homens: Juscelino Kubitscheck, Oscar Niemeyer, Lucio Costa, os candangos. Cadê as mulheres? Por que não dar voz a elas?”, instiga a brasilense e pesquisadora de história oral de mulheres. A produção foi traduzida para inglês, francês e espanhol, e está disponível no canal da UnBTV no YouTube. O projeto também rendeu um livro homônimo, publicado em 2010.

Quando perguntada sobre sua trajetória profissional, ela responde com humor: “deixei de ser economista para virar ‘mulheróloga’ e cineasta”, citando a descrição que lhe foi atribuída por uma amiga docente. Doutoranda em História Cultural, Memórias e Identidades pela Universidade de Brasília e pela Universidade de Montreal (Canadá), Tânia Fontenele também realizou estudos sobre poder e liderança de mulheres em institutos da Inglaterra e Canadá. Em Brasília, fundou o Instituto de Pesquisa Aplicada da Mulher (Ipam).

À revista *Darcy*, ela destacou processos históricos e sociais que estigmatizaram o lugar do feminino no mundo. A especialista traz seu olhar sobre disparidade de gênero no mercado de trabalho e invisibilidade feminina, além de apontar caminhos para mais equidade social.

Darcy – Quais são marcos importantes da inserção da mulher no mercado de trabalho?
Tânia Fontenele – Para abordar a temática, há uma discussão imprescindível, que é sobre o espaço das mulheres na sociedade. As mulheres sempre trabalharam muito, mas ao longo da história foi imposto que seu lugar seria dentro de casa, no âmbito privado. É um constructo muito marcante sobre como as mulheres foram permitidas, ao longo de séculos, a participar socialmente.

Em termos de direitos, somente no final do século XIX e começo do século XX, iniciam-se as discussões para permitir sua participação cidadã. Até então, elas não podiam ser alfabetizadas ou ter direito à voto. Em 1872, a britânica Mary Wollstonecraft escreveu a obra Uma Reinvindicação pelos Direitos da Mulher, documento muito importante na luta pelos direitos femininos.

No Brasil, essas lutas por inserção social foram acontecendo lentamente. Porém, cabe ressaltar o protagonismo de mulheres como Nísia Floresta. Embora não seja considerada feminista nos moldes de hoje, ela foi precursora na defesa dos direitos da mulher, lutou pela abolição da escravatura e em prol da liberdade religiosa. Isso em uma época em que só homens brancos e de elite tinham direitos fundamentais, como a educação e o voto, garantidos. Aos 28 anos, foi vanguardista por criar uma escola para meninas – foi em 1838, no reinado de Dom Pedro II, quando o ditado popular "o melhor livro é a almofada e o bastidor" representava a realidade do período.

No mercado de trabalho formal, a maior inserção feminina acontece por conta da Revolução Industrial. O economista Leo Huberman, em História da Riqueza do Homem, retrata as condições precárias de trabalho em que mulheres e crianças paupérrimas, muito magras e fracas, eram contratadas para trabalhar em fábricas sujas, situadas em porões com condições insalubres. Seus bracinhos finos eram usados para desemperrar as máquinas rústicas do período, o que resultou em muitas mãos e braços decepados. Não havia nenhum tipo de proteção social. Eram condições de trabalho absolutamente insalubres.

São muitos os relatos de incêndios nos porões das fábricas que ocasionaram a morte de mulheres e crianças. Um desses episódios é relembrado como marco que culminou com a instituição do Dia Internacional da Mulher, para evidenciar as lutas femininas e denunciar as dificuldades para a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, os desrespeitos e as condições precarizadas.

Com os homens indo para o front de batalha durante a primeira e a segunda guerras mundiais, faltou mão de obra no mundo capitalista, possibilitando a inserção da mulher no mercado de trabalho. Elas foram inseridas ganhando salários reduzidos, mais atreladas à produção fabril.

Darcy – E no Brasil, quais foram as lutas das mulheres para conquistar esse espaço?
TF – Depende de qual mulher estamos falando. É mulher branca, negra, escrava, indígena? As mulheres negras sempre trabalharam muito e de forma invisibilizada. Imagine a realidade de uma mulher escrava no Brasil, um dos países onde perdurou por mais tempo o sistema escravocrata, com um contingente de pessoas trazidas da África que chega a ser algo inominável.

Nosso país foi muito marcado por esses dois pilares: o patriarcado e a escravatura. Isso me remete a um quadro muito bonito e simbólico do Debret [Jean-Baptiste Debret]: sentada no sofá, uma mulher branca, a "sinhá", está costurando; no banco à sua frente, a filha faz uma atividade de leitura; sentadas no chão, duas mulheres negras, possivelmente escravas, fazem atividades manuais, com crianças negras brincando ao seu redor; na entrada do cômodo, outra mulher negra está com uma jarra para servir a sinhá. É um retrato da vida cotidiana de mulheres no Brasil Colônia, com a distinção de raça e de classe bem evidente.

A raiz escravocrata permanece, e as desigualdades se fazem visíveis. No caso das mulheres negras, estas ingressam ainda mais cedo no mercado de trabalho e são as que mais tardiamente podem sair dele. Paradoxalmente, são as mais afetadas pelas taxas de desemprego, recebem salários menores e, em sua maioria, são absorvidas no setor de serviços, pois em geral não tiveram acesso à educação de qualidade. Mais do que as outras mulheres, vivenciam relações desiguais marcadas por ausência de proteção, subordinação e violações de direitos.

É fato que nas últimas décadas ocorreram mudanças significativas na sociedade brasileira, melhorando, inclusive, as condições socioeconômicas, culturais e políticas da população pobre e negra. Cresce a consciência de direitos e o exercício da cidadania, o empenho da sociedade civil no fortalecimento da democracia participativa e lutas por nenhum direito a menos. No entanto, não obstante esses avanços, ao longo da história as mulheres, sobretudo as pobres e negras, têm sido e continuam sendo as maiores vítimas de disparidades de gênero.

Darcy – No contexto atual, o que significa falar sobre disparidade de gênero no mercado de trabalho?
TF – Ainda prevalecem diversos arranjos sociais ou familiares prejudiciais. É o caso da chamada tripla jornada, em que mulheres trabalham fora durante o dia e à noite assumem todas as responsabilidades do lar. Embora a divisão do trabalho doméstico seja uma pauta antiga, as mulheres dedicam mais tempo a essas tarefas do que os homens.

Outro exemplo é que hoje, por lei, as empresas não podem demitir mulheres grávidas. Mas ainda existe uma cultura obscura de, por conta da gravidez, dar preferência à contratação de homens. A maternidade também tem impacto em suas carreiras, a exemplo das mulheres que precisam largar o emprego por não conseguirem vaga em creches públicas para seus filhos.

Esses são alguns dos indicadores que retratam disparidades de gênero presentes na estrutura social do país. Com a pandemia, as desigualdades foram ampliadas. Se antes as mulheres já eram sobrecarregadas, agora estão ainda mais. Além disso, muitas precisaram sair do mercado de trabalho, por não terem com quem deixar os filhos, já que as escolas públicas estão com o ensino a distância.

Darcy – Uma de suas publicações é intitulada Trabalho de mulher: mitos, riscos e transformações. A expressão "trabalho de mulher" confirma a existência de uma segmentação no mercado de trabalho e de um estigma sobre o papel social das mulheres?
TF – As mulheres estão muito ligadas a profissões relacionadas ao cuidado, como nas áreas de saúde, recursos humanos, educação básica. Quando pesquisei sobre mulheres no topo de carreira, mesmo na área da educação básica, em que elas são maioria, encontrei pouquíssimas nesse patamar. Na época [2016], eram só 12%, hoje estão em torno de 40%. Isso nos mostra a segmentação no mercado de trabalho.

Há uma regulação muito forte do papel social das mulheres: elas têm que ser recatadas e estar de acordo com as regras impostas pela sociedade. Existe uma ideia de que a mulher honesta é aquela que não se expõe, entre outros milhões de rótulos que causam sofrimento às mulheres. Os homens também sofrem com esses estigmas: se o cara faz ioga, é 'mariquinha'; eles não podem ser sensíveis, chorar ou se responsabilizar pela casa. São preconceitos que impedem as relações de frutificar e nos impede de desfrutar de um mundo mais tranquilo. Precisamos de mais amor, respeito e de ver homens e mulheres se alavancando.

Darcy – Quais soluções devem ser adotadas no Brasil para diminuir a disparidade de gênero no mercado de trabalho?
TF – Algo basilar para o país avançar é investir em educação de qualidade para todos. A formação deve incluir discussões de gênero, refletir sobre as desigualdades,

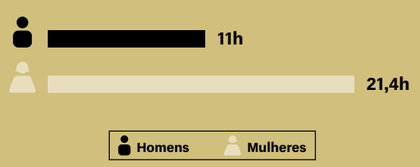
"Nosso país foi muito marcado pelo patriarcado e pela escravatura. Isso me remete a um simbólico quadro do Debret, que retrata o cotidiano das mulheres no Brasil Colônia, com a distinção de raça e de classe bem evidente"

Tânia Fontenele

"Uma senhora de algumas posses em sua casa", aquarela sobre papel, Jean-Baptiste Debret, Rio de Janeiro, 1823.

DISPARIDADE EM NÚMEROS

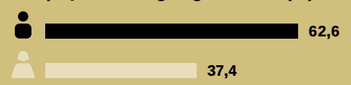
Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos*



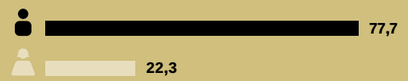
As mulheres dedicam quase o dobro de tempo em atividades não remuneradas

*Por pessoas de 14 anos ou mais

Ocupação de cargos gerenciais (%)



20% da população ocupada com os maiores rendimentos do trabalho (%)



Fonte: *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2021. Dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.*

as taxas de violência e de feminicídio. É preciso ensinar para meninos e meninas sobre respeito e diálogo. É preciso ensinar sobre a diversidade cultural do nosso país, formado por quilombolas, indígenas, e brasileiros de regiões com enormes e lindas diferenças culturais.

É preciso um aparato público com creches e escolas integrais para as crianças. As empresas também podem investir em creche para os filhos de seus colaboradores. A mãe que vai para o mercado de trabalho sabendo que seu filho está bem cuidado e alimentando tem segurança e condições favoráveis para se desenvolver profissionalmente.

Toda a minha educação básica foi em escolas públicas. Tive aulas de música, idiomas, carpintaria, costura, teatro. É disso que precisamos, que todos tenham acesso à educação pública de qualidade. Isso muda definitivamente as oportunidades. Quanto mais educação ofertamos, mais condições as mulheres terão de fazer melhores escolhas: no âmbito familiar, no respeito ao outro, na participação social. Meninos e meninas precisam conversar sobre respeito, igualdades, medidas contra a violência e contra o preconceito.

Infelizmente considero que estamos numa curva de retrocesso na educação e na cultura, com muitos direitos sendo ameaçados. Mais do que nunca é importante não perdermos a esperança, formarmos redes solidárias para alcançar, com nossas pequenas ações, aqueles que precisam de ajuda.

DISPARIDADE EM NÚMEROS

Taxa de participação na força de trabalho*

2019

Homens **73,7%** | Mulheres **54,5%**

As mulheres têm mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho

*Mede a parcela da população em idade de trabalhar (15 anos ou mais) que está empregada ou procurando emprego

Nível de ocupação de mulheres com ou sem crianças

2019

Com crianças **54,6%** | Sem crianças **67,2%**

Mulheres com crianças pequenas participam menos do mercado de trabalho

Nível de ocupação de homens com ou sem crianças*

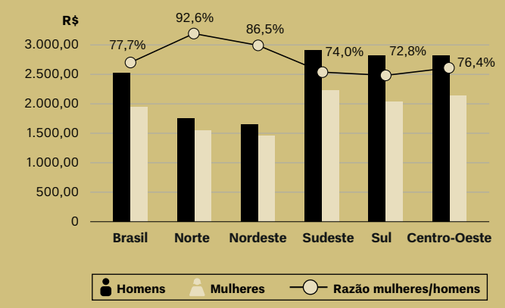
2019

Com crianças **89,2%** | Sem crianças **83,4%**

*Pessoas de 25 a 49 anos de idade com crianças com até três anos de idade vivendo no domicílio

Rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos

2019

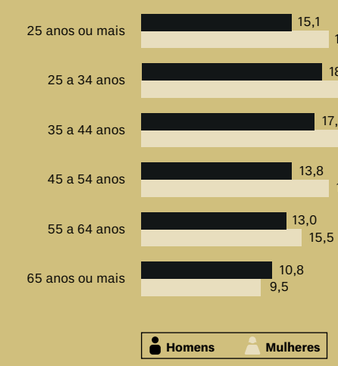


As mulheres recebem em média 77,7% do rendimento auferido pelos homens

*Fonte: IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.*
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

População de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, segundo os grupos de idade (%)

2019



As menores remunerações e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho não podem ser atribuídas à educação, já que as mulheres são em média mais escolarizadas que os homens

*Fonte: IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.*
Nota: Dados do 2º trimestre.

“Algo basilar para o país avançar é investir em educação de qualidade para todos. A formação deve incluir discussões de gênero, refletir sobre desigualdades, taxas de violência e de feminicídio. É preciso ensinar sobre respeito e diálogo”

Tânia Fontenele

SOBRE**VIVER DE ARTE**

Setor artístico e cultural sofre com impactos econômicos da pandemia de coronavírus. Quase metade dos trabalhadores do segmento são autônomos e precisaram se reinventar para garantir comida na mesa

Texto **Raíssa Gomes**
Ilustrações **Igor Outeiral**

Dos palcos de estádios, casas de show, teatros, bares, restaurantes para a era das *lives* – termo usado para transmissões ao vivo pela internet. Os trabalhadores do setor cultural, assim como os de outros segmentos, tiveram que reinventar sua forma de atuar após o início da pandemia de covid-19 e das consequentes medidas de isolamento social.

Em sua maioria patrocinadas por marcas de cerveja, as *lives* de artistas da música tiveram crescimento explosivo em 2020. Mas o fenômeno não parece se sustentar ao longo do tempo, pelo menos para outros segmentos culturais, e nem chega com tanta força e recursos para artistas menos conhecidos do grande público.

Na chamada cadeia produtiva da cultura, que envolve trabalhadores diretos e indiretos do mercado cultural (como artistas, iluminadores, costureiras, empresas de alimentação, técnicos de som, maquiadores) muita gente precisou trocar os palcos e cenários por ocupações que garantissem comida na mesa.

"A cena ficou totalmente fragilizada, só conseguiu se reerguer quem já tinha certa vantagem. Quem começou agora infelizmente precisou trilhar outros caminhos. Vi muitos dançarinos e produtores trabalhando com coisas fora da área de atuação deles, como vendendo bolo ou cachorro quente", compartilha Realleza, rapper de Ceilândia, no Distrito Federal (DF) e bacharel em direito.

Para o lançamento do segundo álbum em 2020, a rapper precisou adequar as expectativas ao cenário atual, lidando com incertezas sobre sua renda e com bloqueios de criatividade. "Com a pandemia, tive que soltar [o álbum] no modelo digital, apenas. Foi bom porque consegui que as pessoas ouvissem enquanto estamos nesse cenário. Mas também foi ruim, porque não tive contato direto com o público para quem estava fazendo a minha arte. É muito diferente a interação de lançar uma música e alguém comentar num 'post'; de a pessoa te ver cantando ao vivo e se sentir tocada, cantar junto, chorar, sorrir, todo esse contato humano", lamenta.

Ativista da Frente Unificada da Cultura do DF e integrante do Conselho Nacional de Política Cultural e do Conselho de Cultura do Distrito Federal, Rita Andrade afirma que "quando a pandemia chegou, já pegou o setor muito fragilizado. Ela deixou evidente que o sistema estava adoecido, cansado e fragilizado; e agravou tudo isso".

A conselheira acredita que não está claro para a sociedade o impacto da falta de recursos para quem vive de cultura no país. "Nós estamos falando de ter arroz com feijão [na mesa dessas pessoas], da manutenção de espaços abertos, da continuidade de manifestações tradicionais que são fundamentais na identidade do povo brasileiro", explica.

"A cena ficou totalmente fragilizada, só conseguiu se reerguer quem já tinha certa vantagem. Quem começou agora infelizmente precisou trilhar outros caminhos"

Realleza

Foto **Thaís Mallon**

A rapper Realleza acredita que a cultura "salvou muitas almas" na pandemia e espera que isso contribua para mais valorização do setor.

IMPACTO EM NÚMEROS

Estimativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) aponta prejuízo globais na ordem de US$ 10 bilhões somente em patrocínios e apoios institucionais para a área de produção musical.

No Brasil, a crise evidenciou fragilidades já existentes no setor, marcado pela informalidade e pelo baixo alcance das políticas governamentais para pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos. É o que retrata o levantamento *Percepção dos impactos da covid-19 nos setores cultural e criativo do Brasil*, publicado em dezembro de 2020 pela Unesco.

Segundo a pesquisa, quase metade dos trabalhadores da cultura perderam totalmente sua renda entre maio e julho do ano passado. O número parece ter relação direta com o quantitativo de autônomos na área, que é de 44% da força de trabalho de acordo com o Sistema de Informações e Indicadores Culturais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em junho de 2020, o Congresso Nacional aprovou e o governo federal sancionou a lei Aldir Blanc, que destina para o setor cultural um auxílio emergencial no valor de R$ 600 por artista, pago até dezembro daquele ano. No DF, o pagamento de auxílios e editais começou "logo após a declaração da situação de emergência nacional", segundo nota da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Secec).

Segundo a Secretaria, além dos recursos da lei Aldir Blanc foram lançados editais próprios, como o FAC Visual Periférico no valor de R$ 9 milhões, que aprovou 90 projetos ainda em estado de análise do mérito; e o FAC Regionalizado, com R$ 13 milhões para 195 projetos. O órgão também fechou termos de fomento com Organizações da Sociedade Civil, levantando recursos na ordem de R$18 milhões. A expectativa é ampliar o montante para 2021.

Foto **Arquivo pessoal**

"Há um processo de desmonte do setor e de criminalização dos trabalhadores da cultura"

Rita Andrade

Na avaliação de Rita Andrade, ainda falta muito para atender de maneira digna a cadeia da economia criativa na cidade. Especialmente porque os problemas que atingem o setor não começaram com a pandemia, e parecem, ainda, distantes de acabar. "No DF, temos uma lista de artistas, produtores, realizadores e donos de espaços que ainda não receberam esse recurso [da Aldir Blanc]. Estamos em um dos momentos mais críticos do setor cultural. Eu gostaria de lembrar que esse é um setor transversal, permeia toda a sociedade. Fragilizá-lo e desmontá-lo é fragilizar uma cadeia imensa".

Para ela, desde 2016 há "um processo de desmonte do setor e de criminalização dos trabalhadores da cultura", algo que "já vinha corroendo todas as políticas públicas" da área. A extinção do Ministério da Cultura retrata a falta de prioridade do governo federal em relação ao setor, que é responsável por movimentar 2,64% das riquezas do país.

Foto **Acervo Instituto Afrolatinas**

Jaqueline Fernandes articulou parcerias com organizações sociais e com empresas privadas para apoiar trabalhadores da cultura.

"A má execução dos fundos de cultura Brasil afora é um ataque às políticas de patrimônio, de audiovisual, de investimento, como a Lei Rouanet. Isso prejudica muito a cultura popular, o cinema, o audiovisual que produzimos no Brasil, e que vinha ultrapassando diversas fronteiras", diz Rita Andrade.

EM DEFESA DA CULTURA

Para atenuar a falta de investimento na área cultural, o terceiro setor busca fomentar novas parcerias e encontrar estratégias para geração de renda. É o caso do Instituto Afrolatinas, que ampliou suas cooperações com empresas do terceiro com foco e somou-se à Coalizão Éditodos – que reúne organizações da área cultural com foco em empreendedoras(es) negras(os) em seis cidades do Brasil.

"A Coalizão tem o olhar voltado para o empreendedorismo negro, de impacto. Nossa primeira ideia era dar suporte aos negócios de empreendedores e empreendedoras que sofreriam impacto significativo por conta da pandemia. Captamos recursos para apoiar mais de 500 empreendedores, que receberam entre R$1.100 e R$ 1.500", conta Jaqueline Fernandes, presidenta do Instituto Afrolatinas, promotor do maior festival de mulheres negras da América Latina, o Latinidades.

Segundo a gestora, parceria do Instituto com organizações do terceiro setor e com empresas privadas possibilitou, em 2020, apoiar mais de mil trabalhadores do segmento cultural. "Tínhamos um diálogo muito grande com o poder público, participando de editais e de outros mecanismos de incentivo e apoio para viabilizar nossas ações. Mas, bem antes da pandemia, diante de todo o desmonte da política cultural e da política de gênero e raça a nível federal e local, começamos a dialogar mais com empresas privadas e com o terceiro setor".

A rapper Realleza é uma das beneficiadas pela articulação entre o Instituto Afrolatinas e a Coalizão Éditodos. "Eu fui me mantendo durante a pandemia por meio dos recursos obtidos de editais. Aparecia um edital e eu concorria a uma vaga para fazer a minha *live* e para conseguir pagar minhas contas", explica.

Para o futuro, Realleza deseja mais valorização do segmento e de quem faz cultura no país. "Espero que as pessoas voltem a olhar para a cultura de forma mais sensível, não apenas como um serviço de entretenimento, mas com o olhar de valorização, porque foi a cultura que salvou muitas almas durante o distanciamento da pandemia".

A rapper também não vê a hora de encontrar de perto seu público. "Eu vislumbro um palco 360 graus no meio da plateia, e me vejo olhando na cara de várias pessoas diferentes, sabendo que conseguimos passar por isso, e que continuei fazendo o meu trabalho: que é levar alegria, informação, cidadania e humanização para as pessoas", conclui.

De alimento a fármaco: a riqueza das goiabas

Pesquisadores da UnB, em parceria com instituições do país e do exterior, desenvolvem produtos nanobiotecnológicos a partir de uma substância presente na goiaba vermelha. Descobertas são aplicadas na área medicinal, e a pesquisa chama atenção pelo potencial de novos achados a partir da biodiversidade brasileira

Texto **Secretaria de Comunicação**
Ilustrações **Luísa Reis**

Apreciada mundo a fora, a goiaba é uma fruta típica brasileira. Sabor peculiar, aroma agradável e elevado valor nutricional são qualidades que a fazem ser consumida in natura ou em diversas preparações. Sua árvore, a goiabeira, é nativa da América do Sul, e se espalhou pelo mundo após ser levada, séculos atrás, por navegantes europeus para colônias africanas e asiáticas.

Quem não gosta do sabor da fruta, tem outros motivos para apreciá-la. Pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em Morfologia e Imunologia Aplicada da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UnB) desenvolveram o Nano Guava, produto nanobiotecnológico com potencial anticâncer, em especial contra câncer de mama, obtido de uma substância presente na goiaba vermelha, o licopeno.

Denominado de carotenoide, o licopeno é um pigmento responsável pela cor avermelhada de alimentos, como a acerola, o tomate e a melancia. Ele é um potente antioxidante, ou seja, quando absorvido pelo organismo, ajuda a impedir e a reparar danos causados às células pela ação de radicais livres.

Coordenador da pesquisa e professor da Faculdade de Medicina da UnB, José Roberto Leite explica que as propriedades medicinais do licopeno, especialmente no tratamento de câncer de próstata, já são bem conhecidas. O diferencial do estudo da UnB é a obtenção da substância a partir da goiaba.

"O licopeno disponível comercialmente é encontrado no tomate, principalmente em frutos geneticamente modificados e em variedades importadas, o que aumenta o custo de desenvolvimento no Brasil de produtos com a substância", esclarece o docente sobre a pesquisa que levou anos até "desenvolver um método de obtenção o licopeno a partir da goiaba".

Tendo em vista que os oxidantes são muito sensíveis à luz e à temperatura ambiente, um diferencial do produto é a "formulação nanotecnológica que permite aumentar sua estabilidade e seu tempo de prateleira, isso porque as nanocápsulas o protegem", acrescenta o coordenador.

A biomédica Andreanne Vasconcelos, aluna do doutorado em Ciências Médicas da Universidade de Brasília e primeira autora do projeto, ressalta a importância de pesquisas voltadas à biodiversidade e bioeconomia. "Utilizar a goiaba vermelha, matéria prima abundante no Brasil, agrega valor ao fruto, aplicando-o na geração de produtos nanobiotecnológicos, com cadeia produtiva sustentável, e contribuindo para a economia e desenvolvimento regional."

Outro benefício é evitar desperdício. "Utilizamos as frutas em alto grau de maturação, justamente aquelas destinadas ao descarte por apresentarem características organolépticas menos atraentes e de baixo valor comercial", acrescenta a doutoranda.

A pesquisa integra um projeto maior, também denominado *Nano Guava*, que visa desenvolver novas aplicações para a substância, como produtos na área dermatológica. Também estão sendo realizados experimentos sobre o potencial da formulação contra outros tipos de tumor, para além do câncer de mama.

CIÊNCIA EM PRÁTICA

O estudo envolveu três etapas. Primeiro foi obtido o extrato da fruta em alto grau de maturação. Em seguida, foi desenvolvida a formulação para solubilizar o licopeno extraído da goiaba. A solução foi composta de nanopartículas, ou seja, partículas de tamanho equivalente a um bilionésimo de metro. Por último, o produto foi testado em células normais e em células com câncer de mama.

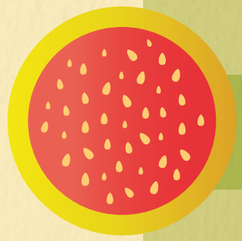
As frutas foram obtidas de fazendas na região do Baixo Parnaíba, no Piauí. Isso porque as goiabas do nordeste brasileiro, em especial as dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba, tiveram os melhores desempenhos no estudo. Parceiro da UnB no projeto, o Núcleo de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia (Biotec) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) foi responsável por selecionar a matéria-prima e por obter o extrato ativo.

Após serem colhidas, as goiabas são transportadas para a Faculdade de Medicina da UnB, onde permanecem congeladas para uso na pesquisa. Da goiaba ao licopeno purificado (chamado de ativo farmacológico natural) existem várias etapas de extração química e física sob sigilo de patenteamento. O trabalho testou três formulações líquidas para estabilizar o licopeno, sendo escolhida a solução com melhor desempenho nos ensaios anticâncer e anti-inflamatórios.

José Roberto Leite explica que a tecnologia adotada é chamada de nanopartícula lipídica polimérica, por possui um polímero (macromolécula) que protege o ativo instável. "O produto final que sai da UnB é chamado

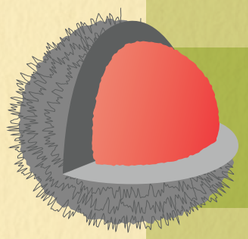
> **"Utilizar a goiaba vermelha na geração de produtos nanobiotecnológicos agrega valor ao fruto e contribui para a economia e desenvolvimento regional"**
>
> Andreanne Vasconcelos

ENTENDA O PROCESSO



1

A partir de goiabas vermelhas em alto grau de maturação é extraído o licopeno



2

Um solução composta de nanopartículas é desenvolvida para estabilizar o licopeno. Ao lado, representação da nanopartícula com o licopeno em seu interior

3

Ao ser aplicado em células de câncer de mama, o produto age destruindo a célula

nanointermediário ou formulação nanotecnológica. A partir disso, empresas farmacêuticas fazem a formulação final como uso tópico ou oral."

A pesquisa teve apoio de institutos da Universidade de Lisboa e da Universidade do Porto, ambas em Portugal. O financiamento contou com duas empresas de base tecnológica: a brasileira MEDLIG, em Barretos (SP); e a portuguesa Bioprospectum, ligada ao Parque Tecnológico da Universidade do Porto.

"O apoio internacional foi vital na fase de caracterização do material, envolvendo uso de microscopia avançada, com a realização de experimentos em modelos de células humanas visando comprovar o potencial antioxidante do produto", garante o docente da UnB sobre as tecnologias de difícil acesso e alto custo no país.

RESULTADO PROMISSOR

Segundo Andreanne Vasconcelos, a literatura científica tem comprovado a ação de compostos antioxidantes na prevenção de doenças cujo estresse oxidativo faz parte de sua etiopatogênese, ou seja, da origem da patologia. É o caso de doenças cardiovasculares, neurodegenerativas, inflamação crônica, diabetes, diversas infecções e câncer.

"Esses compostos bioativos estão presentes nos alimentos em quantidades relativamente pequenas. Por isso, a importância de tecnologias que permitam a extração, concentração e estabilização de suas moléculas para aplicações na indústria farmacêutica, cosmética e de alimentos", esclarece a biomédica.

No Brasil, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer de mama é o tipo de tumor que mais acomete mulheres (excluídos os tumores de pele do tipo não melanoma). Para 2019, foram estimados 59.700 novos casos, o que representa uma taxa de incidência de 51,29 casos por 100 mil mulheres.

De acordo com o docente da UnB, o Nano Guava mostrou-se promissor tanto para a prevenção, quanto para o tratamento de câncer de mama. "Tratamentos para tumor as vezes matam também as células saudáveis. O Nano Guava se mostrou efetivo ao atuar de forma seletiva, matando as células tumorais sem afetar as células normais associadas."

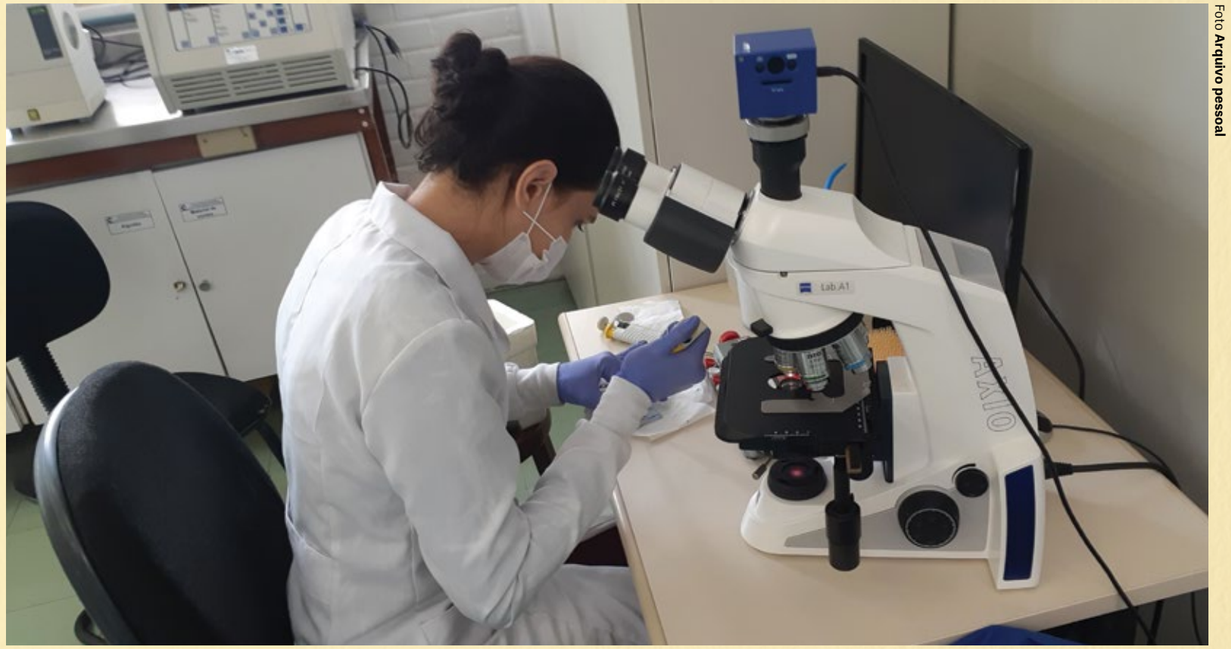


Foto **Arquivo pessoal**

A biomédica Andreanne Vasconcelos analisando a ação do produto em células de câncer de mama.

> **"Tratamentos para tumor as vezes matam também as células saudáveis. O Nano Guava se mostrou efetivo ao atuar de forma seletiva, matando as células tumorais sem afetar as células normais associadas"**
>
> José Roberto Leite

O professor explica que "as células cancerígenas, como as de mama, precisam aumentar seu estresse oxidativo para realizar metástase, ou seja, se multiplicar. Uma das hipóteses do mecanismo antitumoral é justamente diminuir o estresse oxidativo destas células, o que pode ser favorecido pelo alto teor antioxidante do Nano Guava".

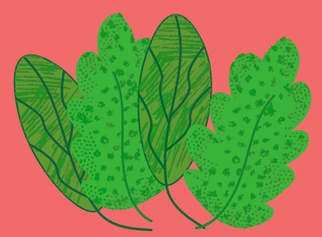
Os resultados estão detalhados em artigo científico publicado na revista *Food Research International*. O produto está na fase de pesquisa clínica em humanos, etapa que deve levar de um a dois anos. Se aprovado, o produto poderá compor o rol de alternativas para tratamento da doença.

ENTRAVES AO PROGRESSO CIENTÍFICO

O potencial do projeto *Nano Guava* esbarra em dificuldades comuns à ciência do país. "Os principais desafios que enfrentamos foram pouco recurso financeiro público; dificuldade na aquisição de materiais, equipamentos e reagentes para executar experimentos; dificuldades em importar materiais específicos para testes toxicológicos; e burocracia na transferência de tecnologia da academia para a indústria. Atualmente, a situação da pandemia no país dificulta a continuidade de algumas pesquisas", detalha Andreanne Vasconcelos.

Cura pela natureza

60% a 80% da população mundial faz uso de plantas medicinais, segundo estima a Organização Mundial da Saúde (OMS)

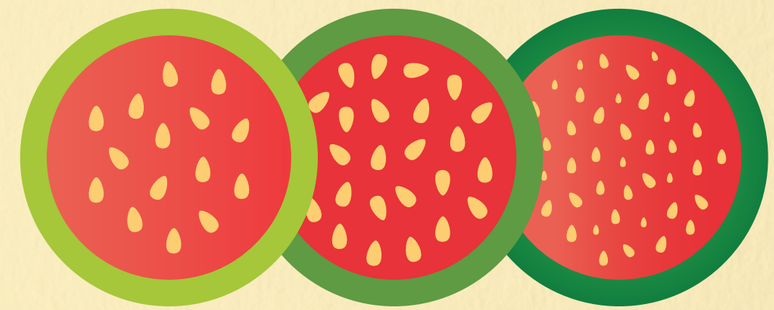


Cerca de **25 mil espécies de plantas** são usadas na formulação de fármacos na medicina tradicional.

É grande o potencial do Brasil para contribuir com **novos medicamentos à base de plantas.**

Além disso, cerca de **40% da fauna brasileira é endêmica**, ou seja, formada por espécies encontrada apenas no território nacional.

O **país tem cerca de 60 mil espécies de plantas**, aproximadamente **20% da flora mundial**, e não menos de **75% de todas as espécies existentes** nas grandes florestas.



José Roberto de Leite lembra que a inovação científica proporciona às empresas do país maior competitividade no mercado nacional e global. Entretanto, ele alerta que, além de mais investimento em pesquisas de longo prazo, é preciso corrigir o "desalinhamento crônico existente entre academia, Estado e setor privado, que é constatado nas altas taxas tributárias em setores de desenvolvimento como *startups* e empresas de bases tecnológicas".

O docente da UnB ressalta que a bioeconomia representa uma oportunidade promissora para países ricos em biodiversidade e com forte tendência à agricultura, como o Brasil. "A partir de recursos biológicos renováveis, como os resíduos de processos extrativos ou de transformação, podem ser produzidos alimentos, energia, artigos químicos e têxteis, entre outros, de valor econômico e ambiental."

FOMENTO E INSERÇÃO INTERNACIONAL

Médico oncologista e representante da MEDLIG, Jaco Saraiva conta ter ficado "particularmente interessado no projeto, pois envolve a biodiversidade brasileira, valoriza o capital intelectual através do contato do corpo discente com os docentes e pesquisadores, e gera possibilidade de trazer novas divisas para o Brasil".

Para ele, o país tem condições de ser independente em diversos setores, e a pesquisa científica nos seus mais diversos níveis permitiria esse salto. "Os recursos financeiros são essenciais para fazer ciência de alta qualidade, mas o capital intelectual é que poderá ter os insights para melhor aplicação desses recursos."

A docente Selma Kuckelhaus, coorientadora de Andreanne Vasconcelos e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Morfologia e Imunologia Aplicada da Universidade de Brasília (NuPMIA), aponta a colaboração multi-institucional e as parcerias público-privadas como boas alternativas para fomentar a pesquisa científica.

"A troca de experiências com outros grupos, do país ou do exterior, é importante para crescimento dos nossos estudantes e capacitação do corpo técnico. Não dá pra desenvolver medicamentos ou qualquer pesquisa só aqui na nossa bolha. Precisamos expandir e trocar experiências para que nossos estudantes conheçam potenciais parceiros no mundo e eles nos conheçam também", completa Selma Kuckelhaus.

CEO da Bioprospectum e coordenadora do estudo na Universidade do Porto, Alexandra Plácido ressalta que a formação de alianças estratégicas e a internacionalização das pesquisas permitem responder de forma mais célere e eficiente aos crescentes desafios competitivos e tecnológicos do mundo atual.

"De modo geral, parcerias entre universidades, institutos e empresas de diferentes países permitem, para além da troca de conhecimento, explorar e manter a liderança e competitividade tecnológica, através do desenvolvimento de produtos e/ou de processos inovadores. No nosso caso, a parceria permitiu o desenvolvimento de um produto tecnológico para aplicação na área da saúde", comenta Alexandra Plácido.

A CEO enfatiza que "muitos projetos não saem do papel por falta de investimento público, o que pode ser minimizado com o estabelecimento de parcerias público-privadas". Ela acrescenta que, mesmo com as parcerias já realizadas para o *Nano Guava*, ainda é preciso "alternativas que nos ajudem na produção em larga escala deste produto". Outra dificuldade que o projeto enfrenta são "as burocracias relativas ao transporte da amostra, nomeadamente ao nível da legislação sanitária, que tornam o processo moroso e dispendioso".

PARA ALÉM DOS CARTÕES POSTAIS

Texto **André Gomes**
Fotos **Ivaldo Cavalcante**

Brasília, capital do Brasil, cidade bela em seus amplos espaços abertos e na sua arquitetura, até hoje futurista. Divergindo de sua concepção vanguardista, a metrópole não é exceção à realidade do país, o nono mais desigual do globo segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O contraste entre os grandes espaços imaginados por Lucio Costa, os traçados de Oscar Niemeyer e a miséria de quem sobrevive nas suas ruas não entra nos cartões-postais, tampouco nos registros oficiais.

Quem vive a cidade no seu dia a dia, enxerga, além dos monumentos, uma outra realidade. Apesar de o Distrito Federal (DF) ter, em 2020, o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o contraste entre as diferentes realidades sociais é similar ao de outros centros urbanos, como Rio de Janeiro ou Recife. O registro da desigualdade, da miséria e da injustiça presentes na cidade é encontrado no trabalho do fotojornalista Ivaldo Cavalcante.

Nascido em Cratéus, Ceará, em 1956, Ivaldo chegou à Taguatinga, cidade do Distrito Federal, aos quatro anos de idade. Passou por várias ocupações, como engraxate e vendedor de jornal, até se encontrar no fotojornalismo. Trabalhou em veículos como o *Jornal de Brasília*, *Correio Braziliense* e *Hoje em Dia*. Também publicou livros e dirigiu os curtas-metragens documentais *O meu nome é Fábio* (2014) e *Qual o seu lugar no mundo?* (2015). Sua trajetória foi reconhecida com diversas honrarias, como o *Prêmio Internacional Rei da Espanha*.

O trabalho de Ivaldo dá visibilidade a pessoas em situação de rua, crianças abandonadas, usuários de drogas, vítimas de abuso policial, da exploração sexual e outras tragédias cotidianas. O equilíbrio entre a dureza da realidade e a sensibilidade com a qual capta as imagens é um convite à reflexão sobre como o sofrimento humano é tão imageticamente forte e ao mesmo tempo tão naturalizado no dia a dia.

Ivaldo não está mais na lida diária do fotojornalismo, mas continua atuante em questões sociais. Em 2002, ele criou, em Taguatinga, o espaço Olho de Águia, galeria e ponto de resistência cultural que opera além dos limites da fotografia com exposições de artistas plásticos, saraus de poesia, performances, lançamentos de livros e música. As próximas páginas convidam o leitor a enxergar a capital para além das belezas que estampam seus cartões postais.

Ao lado, meninos em situação de rua banham-se no espelho d'água da Praça dos Três Poderes. Brasília, Brasil. 2000.

Menino em situação de rua dorme em frente a agência do Banco do Brasil. Taguatinga, Distrito Federal, Brasil. 2014.

Crianças empurram carrocinha de catar papel, na via Estrada Parque Taguatinga (EPTG). Taguatinga, Distrito Federal, Brasil. 2003

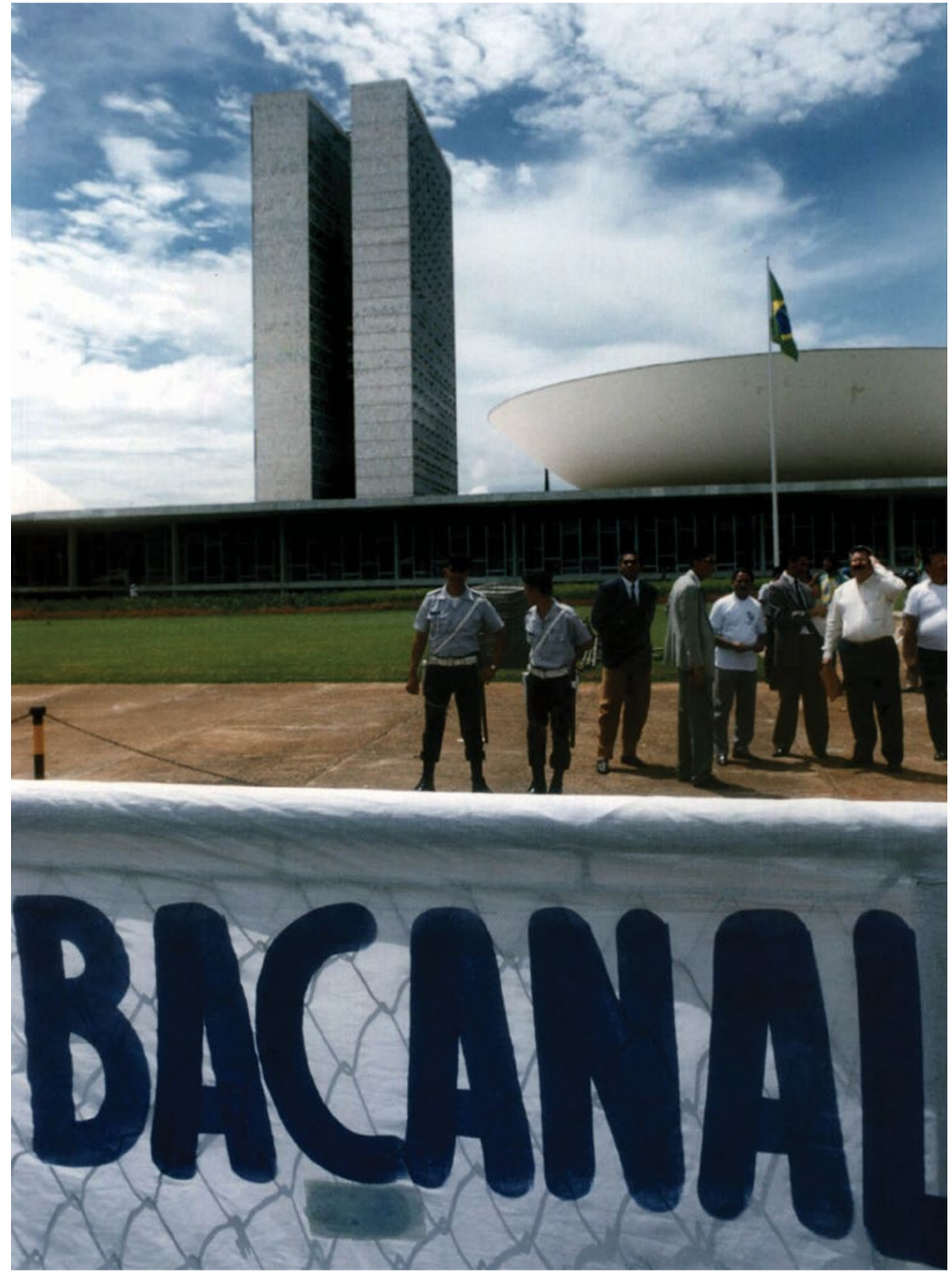
Menina em situação de rua na plataforma da Rodoviária do Plano Piloto. Brasília, Brasil. 2004.
Ao lado, meninos em situação de rua dormem embaixo de marquise com telhas quebradas. Brasília, Brasil. 2004.

Família de retirantes de Crato, município do Ceará, morando na periferia da capital federal. Brasília, Brasil. 2002.

Meninas catam papel em contêineres do Supremo Tribunal Federal. Brasília, Brasil. 2001.

Catador de papel em lixão da cidade Estrutural, Brasília, Brasil. 1998.

Menor catador de papel sustenta carroça nos ombros. Cidade Estrutural, Brasília, Brasil. 1994.



Faixa fixada por manifestante em frente ao Congresso Nacional. Brasília, Brasil. 1998.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Texto **Vanessa Tavares**
Ilustrações **Igor Outeiral**

É no juízo de valor negativo em relação às variedades linguísticas associadas às classes sociais com menos prestígio que se caracteriza o preconceito linguístico. Baseada nessa crença, qualquer produção linguística fora do prescrito na gramática e nos dicionários (norma-padrão) é errada, feia e deficiente.

A norma-padrão não é a língua, é uma das suas variedades. Tem sua função voltada ao contexto formal e oficial, principalmente na escrita, a exemplo de documentos produzidos na administração pública. E por ser uma artificialidade, deve ser aprendida e ensinada na escola.

Ela deveria servir para facilitar a comunicação. Contudo, tem servido há muito tempo como instrumento de exclusão social, de estigmatização e de preconceito com determinados grupos sociais. Isso porque as classes menos privilegiadas têm, no geral, menos acesso à educação formal e quando têm é de forma precária. Logo, elas tendem a dominar apenas as variedades informais da língua.

Um estigma corrente refere-se ao erre retroflexo, que consiste em puxar o "erre" ao falar palavras como porta. Comum em Goiás e no interior de São Paulo, por exemplo, é associado a falantes da zona rural com pouca instrução e, por isso, costuma ser debochado no meio urbano.

Outro exemplo é a troca "ele" pelo "erre", como em pranta, chicrete e pobrema. Entretanto, a variação resulta de um fenômeno fonético que ocorre ao longo da evolução da língua. O sociolinguista Marcos Bagno ressalta que em *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, há várias ocorrências desta variação, como: ingres, pubrica, pranta, frauta, frecha.

A visão generalista do Nordeste caracterizada por aspectos negativos, como pobreza, falta d'água, fome, analfabetismo, faz com que as variedades linguísticas dessa região sejam estigmatizadas, principalmente os sotaques – ademais tratados como se fossem um só.

E antes que alguém diga que para linguística pode tudo, não se trata de permitido ou proibido, muito menos de certo ou errado, mas sim de adequação. Você não vai a uma entrevista de emprego usando roupa de banho, tampouco à praia com roupa social. Semelhante à vestimenta, cada variedade da língua tem seu contexto adequado de uso.

Agora imagine se você tivesse apenas roupa de banho, até poderia ir a uma entrevista de emprego vestido assim. Provavelmente não teria permissão de entrar no local devido ao traje, poderia se tornar motivo de deboche, e certamente não seria selecionado para a vaga. É isso que acontece aos falantes que não dominam as variedades de prestígio, eles são excluídos de muitas esferas sociais, principalmente das posições de poder.

Trata-se de uma lógica cruel e sem saída. A falta de acesso à educação formal e às variedades prestigiadas da língua tornam essas classes marginalizadas e desprestigiadas. O preconceito linguístico, portanto, é de fato preconceito social, pois ele se manifesta somente em relação às variedades linguísticas associadas às classes sociais menos favorecidas, nunca ao contrário.

VARIEDADES LINGUÍSTICAS

Assim como os seres vivos, as línguas evoluem. Elas transformam-se ao longo do tempo, sofrem influência de fatores culturais e sociais, não sendo algo estanque e homogêneo. Com isso, existem variedades de um mesmo idioma e não há que se considerar um mais legítimo do que o outro.

O sociolinguista Marcos Bagno propõe três categorias para definir as variedades linguísticas, no que concerne à valoração social do seu uso:

1) Norma-padrão: ligada à tradição gramatical normativa, modelo de língua ideal inspirado na grande literatura do passado.

2) Variedades de prestígio: as efetivamente utilizadas pelos falantes com nível superior completo e habitantes das zonas urbanas.

3) Variedades estigmatizadas: utilizadas por grupos sociais desprestigiados residentes nas zonas rurais e nas periferias.

"A pluralidade cultural e a rejeição aos preconceitos linguísticos são valores que precisam ser cultivados a partir da educação infantil e do ensino fundamental."

Stella Maris Bortoni-ricardo

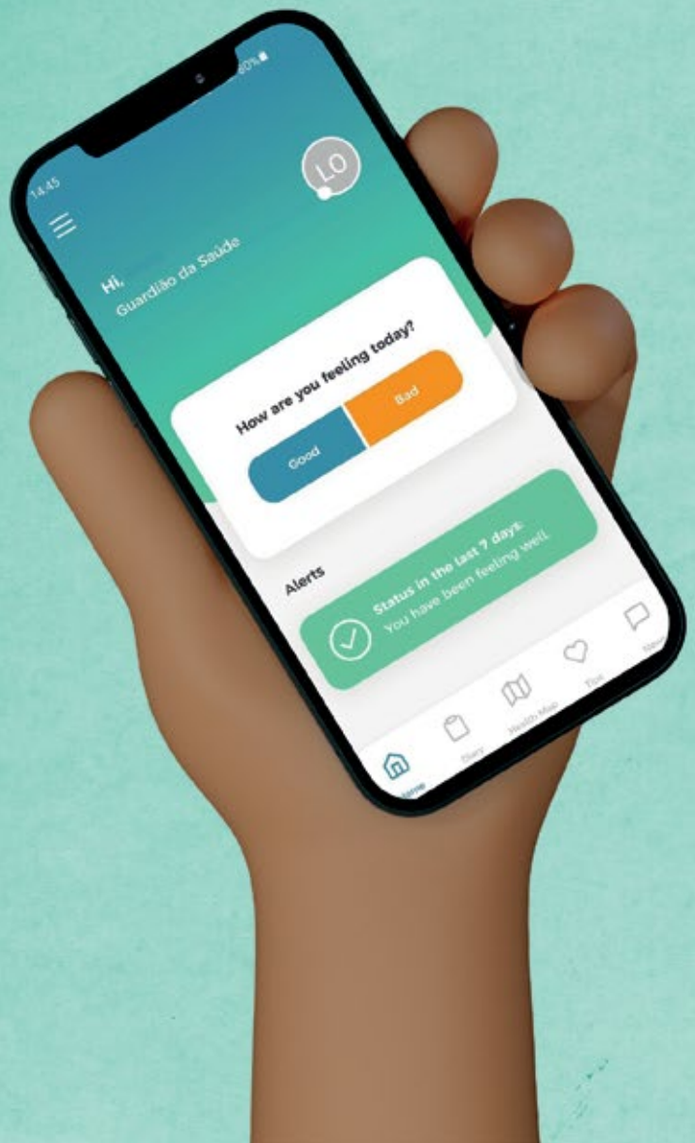
Aplicativo Guardiões da Saúde

No aplicativo Guardiões da Saúde, você informa diariamente seu estado de saúde e contribui com o monitoramento da covid-19.

Baixe em seu celular e ajude a combater o coronavírus sem sair de casa!

Disponível na App Store

DISPONÍVEL NO Google Play



UnB

A UnB quem faz é a gente